



Bloco  
15 anos

# A NOSSA EUROPA

TEXTOS DE MIGUEL PORTAS





# A NOSSA EUROPA

MIGUEL PORTAS

Título: “A Nossa Europa”

Autor: Miguel Portas

Foto da Capa: Paulete Matos

Design: Rita Gorgulho

Edição: Bloco de Esquerda - GUE/NGL - fevereiro 2014

Tiragem: 1500 exemplares

Impressão: Jorge Fernandes, Lda.

Depósito Legal:

# MIGUEL, FAZEDOR DE SONHOS E CONSTRUTOR DE PONTES

MARISA MATIAS

*Intervenção no concerto de homenagem a Miguel Portas, realizado pelo Bloco de Esquerda no Largo Camões, em Lisboa, a 30 de Abril de 2013, no primeiro aniversário do seu falecimento.*

Um dia perguntei ao Miguel como gostaria de ser conhecido enquanto profissional, ele deixou-me uma nota escrita. Foi assim que o Miguel se identificou:

*«Revisor de provas em Linda-a-Velha e escritor de cartas do leitor. Funcionário público. Organizador de concertos. Dirigente associativo e gestor, mas por pouco tempo. Militar. Animador cultural e animador desportivo, em Ourique. Agente de desenvolvimento, no Algarve, e formador, em Faro. Jornalista. Assessor. Documentarista. Deputado.»*

Eu acrescentaria: viajante, fazedor de sonhos e construtor de pontes. O viajante que ligou a Europa ao Mediterrâneo e a Europa e o Mediterrâneo ao Médio Oriente. O viajante cuja primeira boleia foi apanhada num carro funerário.

Destacaria também o construtor de pontes. Um construtor de pontes na vida e na política, que tudo sempre defendeu como seu e que tudo partilhou como sendo de todos e de todas. O Miguel era um homem de Partido. Ajudou a criar o Bloco de Esquerda e a fazê-lo crescer, porque era um homem da esquerda vasta. Disse o Miguel, num outro escrito que deixou, de 2011:

*«A esquerda é de quem dela se reclame. Qualquer outro pressuposto leva a definições tão redutoras que na esquerda só sobrarão o*

*próprio e os seus amigos. Se nos outorgarmos um direito essencialista de definição a esquerda fica tão curta, tão curta que só servirá como objecto arqueológico e curiosidade antropológica. Venha, portanto, a imperfeição; venha, portanto, a pureza, que com ambas se lida criticamente.»*

Uma nota ainda sobre o jornalista, porque gosto de lembrar o seu hábito compulsivo que guardar recortes de jornal de tudo o que apanhava. Dizia o Miguel, a esse propósito:

*«Sabem por que é que vale a pena guardar jornais? Para que não fique apenas a memória do último pavor que passou por nós. Afinal, o masoquismo não tem de ser o nosso desporto favorito.»*

E é verdade! O masoquismo não é o nosso desporto favorito e é por isso que lutamos e continuamos a lutar, com ele, sempre. E é por isso que para cada pavor que vai surgindo nós nos vamos impondo, com ele, sempre. E, sim, reclamamos as lutas todas e as propostas que nos fazem pensar no futuro.

Como tu, Miguel, bem sabias, a esquerda deve estar com um pé na política institucional e outro pé nos movimentos sociais. Porque é essa a esquerda que abarca os desejos de futuro e um mundo muito mais vasto do que aquele que podemos imaginar.

Hoje celebramos a memória, a companhia, a amizade e o bem que nos fez o Miguel. E celebramos com música e com festa porque o Miguel não nos perdoaria se não festejássemos quando o recordássemos, por muito que a saudade seja infinita.

# REVOLUÇÃO: TESTEMUNHO

Abril 1999

A cada um a sua revolução. A minha iniciou-se ainda no tempo da outra senhora, uma expressão que caiu em desuso. E coincidiu com outra, obrigatória pela lei da vida, a da passagem à adolescência.

A minha revolução tinha, por isso, razões de urgência inusitada.

No meu país os estudantes do ensino secundário estavam separados entre liceus e escolas técnicas. Os primeiros chegariam às universidades, os segundos ficar-se-iam por um ofício qualificado. Não viria daí mal ao mundo, se tal representasse uma escolha. Acontece que era um destino. Filho de operário, operário serás. Filho de rico, garantia de doutor. Eu estava no segundo grupo, mas nem por isso sentia menos a injustiça.

No meu país os estudantes do ensino secundário estavam separados por sexos. Havia liceus para rapazes e liceus para raparigas. Alguns tinham mesmo muretes de separação, seguramente para estimular a imaginação. Elas estavam obrigadas a usar bata, a bata das escolas delas. Nós não, que éramos candidatos a homens.

No meu país as universidades já eram mistas. Elas eram bem menos do que eles. Elas sentavam-se, por ordem alfabética, nas primeiras filas do anfiteatro. Eles, também por ordem alfabética, ocupavam o restante. Assim era fácil marcar faltas: os alunos não tinham nome, na realidade tinham número.

No meu país havia, como em qualquer outro, bons e maus professores. Mas, com exceções, aquilo não era ensino, eram exames de memória. Um colega não perguntava ao outro «já estudaste aquilo?», invectivava-o com um «já decoraste?»

No meu país os nossos pais estavam condenados a entenderem-se sempre e para sempre. Casavam pela igreja, não tinham direito a divórcio. Há quem diga que o hábito faz o monge, mas a máxima nem

sempre se aplica. Esta obrigatoriedade sobrava para muitos filhos, principalmente sobrava para muitas filhas.

O papel da igreja era omnipresente. Quem não fosse à missa era olhado de soslaio. Mas nem isso evitava as crises de fé, que geravam hecatombes familiares, ou vice-versa. Naquele tempo havia filhos e meio-filhos, não havia apenas filhos. Eu tinha uma meia-irmã, adivinhem lá o que isso seja. Durante anos não pôde visitar parte da família alargada. Culpada por ter nascido à margem da lei que os homens atribuíam a Cristo.

E depois, no meu país havia ainda o espectro de uma condenação antecipada: a guerra. Mais cedo ou mais tarde, iríamos lá bater com os costados. Em nome da Pátria e da nossa missão civilizadora no mundo dos cafres, assim era legítimo classificar os africanos.

Ah! E havia política. Lembro-me de ver Marcelo Caetano na televisão.

A emissão chamava-se “Conversas em família”. O patriarca falava e a plateia escutava. Parece que esta forma de comunicação foi então uma novidade absoluta no pacato mundo dos lusitanos, uma modernice. Adivinhem como seria antes...

A revolução, portanto. E nada menos do que a revolução.

A revolução começa por ser uma construção contra a realidade, um mundo como o que os primeiros cristãos escavaram para se protegerem das forças do Império romano.

No mundo onde me envolvi, os rapazes e as raparigas eram iguais. Não aprendíamos o que a escola nos dava, mas exactamente o que ela nos escondia. Outras leituras, outras músicas, outra conversa. E outra História.

Outra vida, também. Com maior ou menor tolerância das famílias, conquistávamos o tempo. Tempo para reuniões, agitações ou manifestações-relâmpago de alta adrenalina. Mas tempo também para acampamentos e namoros, tempo até para, à boleia, se conhecer Paris

ou visitar a meca das liberdades, Amesterdão. No fundo, tempo para se confirmar como Portugal ficava mesmo muito longe do mundo. Do mundo e do nosso mundo.

Depois a revolução é a própria revolução, quando a nossa «contra-realidade» emerge como realidade. Há imagens que ficam para uma vida. A minha é a de um velho contínuo do Liceu Passos Manuel, homem corajoso que nunca denunciara as acções de agitação que, amíúde, se faziam. Foi ele quem, no dia 26 de Abril, se colocou na frente dos estudantes, hino nacional saindo da sua boca, antes da invasão das instalações do Secretariado para a Juventude (antiga Mocidade Portuguesa) do liceu. Esperara uma vida por aquele gesto e era comunista.

Lembro-me também da noite em que ficou claro que havíamos perdido. Da preocupação nos rostos, no desespero de alguns porque não era assim que estava escrito. E recordo-me também do alívio com que ouvi Melo Antunes nessa noite. Perdera-se, mas não se perdia tudo.

Perdemos? Uma revolução incompleta é uma revolução falhada? Talvez a História venha a dizer-nos que sim, ou talvez esta não seja a boa pergunta. Com ou sem revolução estaríamos hoje onde estamos, como diz Saramago? Mas como é possível não se ter superado ainda na cultura da esquerda a submissão estalinista aos resultados como critério de verdade? Como é possível continuar a desvalorizar o modo – neste caso, a revolução – face às finalidades? No limite, revolução é atitude, atitude de vida. O que ela, quando ocorre, tem de extraordinário, de único e insubstituível, é que marca quantos com ela se travam de razões.

# A POLÍTICA OU A VIDA

Julho 1999

A 15 de Maio conheci o Tibúrcio. Ele cometeu um dos crimes mais odiosos que conheço – violou uma rapariga. Por causa disso apanhou sete anos. Faltam-lhe agora dois para sair. O Tibúrcio é angolano e tem, aliás, ordem de expulsão do país quando expirar a pena. Conheci-o na penitenciária de Coimbra, uma cadeia antiga onde as alas dos reclusos convergem num hexágono central. Ele foi um dos que me chamou por trás das grades. Naquela prisão, onde moram algumas das penas mais pesadas do país, a juventude e os cabelos rasta daquele detido eram singulares. Mais rara é, contudo, a sua história. O Tibúrcio é seropositivo, tem os dias contados. A meio da pena solicitou ao Tribunal autorização para ir morrer na sua terra. A direcção da penitenciária atestou o comportamento exemplar do detido e sustentou o pedido. Mas um Juiz indeferiu. Com cinco anos de grades, o prisioneiro continua a pensar que tem direito a escolher o lugar dos seus últimos dias. Quer morrer junto da família. O obstáculo é um «justiceiro» Num país com pena de morte, aquele juiz negaria ao condenado até o direito a um último cigarro. Este caso podia ter-me surgido no desempenho da profissão de jornalista. Mas foi como candidato às Europeias que me confrontei com ele. É diferente? É e não é. Como jornalista teria denunciado o caso e arriscaria mesmo um comentário sobre a Justiça que temos, tantas vezes desumana, exactamente porque feita por homens e mulheres concretos. Como político denunciei a situação à saída da Penitenciária, ou seja, cumpro o meu papel para os jornalistas... Mas a história ficou-me atravessada. Apeteceu-me abrir desalmadamente a voz contra as polémicas institucionais à volta da Justiça, as que enchem as cabeças de advogados, Ministério Público e juízes. Como elas são risíveis em face dos dramas

humanos! Depois contive-me, porque a demagogia espreitava por detrás da verdade anterior.

*O que ficou da desgraçada infelicidade do Tibúrcio? A convicção reforçada de que a vida e a política divergem a cada dia que passa, que as polémicas à volta dos poderes deixaram de ter como alvo os problemas reais e se concentram sobre o próprio exercício desses poderes. A política que existe é autista, alimenta-se de si mesma. É possível fazer diferente?*

*É essa a aposta que gostaria de ver no Bloco de Esquerda. Mas é verdade que a política que vem ainda sabe pouco como fazer e, mais difícil ainda, só o poderá descobrir experimentando.*

Cheguei à praia da Leirosa, perto da Figueira da Foz, pelas quatro da tarde, no exacto dia em que a greve dos pescadores do arrasto fazia 60 dias. No dia anterior Pacheco Pereira havia saboreado o cheiro a maresia, algures para Matosinhos e o meu irmão ainda não tinha tido a peregrina ideia de dizer que, além de lavrador, também era pescador...

Eu ia para um pequeno encontro com duas dezenas de grevistas. Afinal, no armazém que servia também de pequeno bar da aldeia, estavam uns 50. Falei pouco. Falo sempre pouco quando quero ouvir. Eles é que falaram. Falaram e exaltaram-se e enraivecaram-se. Explicaram que quando não saem para o mar o seu salário é de 25 contos e qualquer coisa, que a sua margem sobre o pescado não é revista vai para 30 anos e, principalmente, que os armadores haviam tido a desfaçatez de lhes oferecer os aumentos exigidos à custa da redução dos descontos patronais para a segurança social. Isto já eu sabia. Não sabia era de outras coisas bem mais importantes. Aqueles homens, rudes por defeito e feito, tinham uma «password» obrigatória - não queremos ser portugueses de segunda. Senti naquela tarde que a greve já não era por aumentos salariais. Era uma greve pela dignidade. Foi na Leirosa que pela segunda vez alguém me forçava a regressar

à vida como princípio e fim de qualquer nova política. Por dignidade aquela gente aguentava-se há 60 dias sem paga ou trabalho, fiando-se uns aos outros. A greve do arrasto foi a realidade mais dura com que me confrontei na campanha eleitoral. No final do encontro, discutiu-se a atitude de um pescador presente: deveria ele embarcar num barco que o mestre garantia ir apenas da Leirosa até Aveiro, quando a intenção real do armador era fazê-lo sair de um lugar onde a greve decorria a 100 por cento, para um porto muito maior, onde já haviam «furado» quatro embarcações? O homem não sabia onde se meter. Queria embarcar e não queria trair.

Aquela greve confrontou as pessoas com os seus limites e, diga-se em abono da verdade, os piquetes de greve foram tudo menos mansos.

*No final do século XX, aquela foi uma greve do século XIX. A questão está em saber se a queremos para o século XXI. Se o Estado pode ficar impávido ante um conflito que opõe pescadores sem saída a armadores bárbaros, alegremente financiados pela União Europeia para abates de frota e reconversão das sobras, e dotados, por isso, de um poder de resistência à greve muito superior aos de baixo. Nunca mais deixei de falar naqueles pescadores. Mas, para o público do Bloco de Esquerda, devo ter falado de modo bem estranho. Muitos «bloquistas» são gente de forte formação ideológica, pessoas que vibram com o facto de os pescadores estarem a levar por diante a mais longa greve dos últimos 20 anos em Portugal. Imaginem, por isso, intervenções onde eu explicava que aqueles homens apenas pretendiam regressar ao trabalho mas de cabeça erguida, sem terem sido vergados. Quem entendia? Os que sabem na pele quanto custa uma greve e os que sabem que as grandes lutas se fazem com pessoas normais e não com heróis. O futuro de uma nova política à esquerda tem tudo a ver com o regresso às fundações do humanismo. É por aqui, e não tanto pela imposição de representações deformadas da*

*realidade, que a esquerda que vem de longe poderá ir para longe.*

À entrada do primeiro hangar, o das prensas, deram-nos óculos e auriculares. O responsável de produção ia explicando o que os nossos olhos viam. Enormes sistemas robotizados, insonorizados, transformavam as chapas em chassis; tectos, «capots» e portas ao toque de botão de um ou outro operário. Depois, cada peça era passada à primeira linha de montagem. Sob carris, outros robots juntam-nas e perfuram-nas. A imagem que vem à memória é a dos filmes de ficção científica de James Cameron. Nos hangares, o chão está impecavelmente limpo, praticamente não se vêem sobresselentes e os operários trabalham em grupo. Basicamente, eles preparam as coisas para que as máquinas trabalhem sem descanso. No último dos hangares, tudo se complica.

A mesma carroçaria dá para quatro marcas de automóvel e aí para umas trinta variantes, da cor ao tipo de motor, ao airbag, aos estofos ou ao ar condicionado. A cadência acelera porque cada veículo, que continua sob carris, já não pára até estar pronto. Ali, cada grupo de operários tem a sua sala de reuniões a dois ou três metros do local onde trabalha e quando alguém precisa de WC é ele, sob a forma de cabine, que desce do tecto ao seu encontro. A fábrica cospe uma nova viatura de 90 em 90 segundos. Candidato que se preze tem de visitar a Autoeuropa, a fábrica modelo da nossa modernidade, que pesa 2,8% no PIB nacional e gera 12% das exportações. Aqueles 4 mil trabalhadores, do porteiro ao director fardados por igual, valem o seu peso em ouro. Confesso que o meu interesse na visita era um pouco egoísta. Queria ver o pós-fordismo ao vivo. Seria muito diferente do Chaplin dos Tempos Modernos, saindo da fábrica ainda aparafusando porcas imaginárias? É e não é. É, porque o trabalho mais duro é feito agora por robots. É, porque a segurança e a higiene são incomparavelmente maiores. E é, porque o trabalho na cadeia de montagem já não dispensa a inteligência, é o próprio grupo que estabelece em cada

momento as funções de cada operário. E não é. Afinal, o salário que antes pagava apenas a força de braços, paga hoje, pelo mesmo preço, o braço e a cabeça. E conquistas tão importantes para as famílias, como o descanso ao sábado e ao domingo, podem hoje ser postos em causa pela produção «just in time». Ali trabalha-se em «flexitime». O almoço com a Comissão de Trabalhadores (CT) foi muito instrutivo. Os operários têm, em média, 23 anos. O seu universo mental não tem nada a ver com amigos que tenho, por exemplo, numa Setenave. Da Autoeuropa saem 30 trabalhadores por mês. Devido às cadências, seguramente. Mas também porque entre os mais novos o horizonte de vida não se esgota na fábrica. Alguns saem para comprar uma boa cilindrada depois de alguns meses de poupança. Heresias? Não sei. Apenas sei que o panfleto do Bloco de Esquerda sobre trabalho, que tão bem funcionou em fábricas de contratados a prazo, não podia ali ser distribuído. Na fábrica do próximo século ele é tão inútil como entre os tele-trabalhadores, e estes já são mais de 100 mil no nosso país.

*Uma vez mais, o que está em causa é o regresso à realidade. Classes operárias há muitas. Há a dos pescadores do arrasto que, apesar da coragem de 60 dias de greve, pensavam boicotar as eleições para furar o bloqueio informativo; há a da TAP ou a dos estaleiros de Viana, com CT de meia idade, e onde o diálogo é utilitário, centrado no que se pode, em escala europeia, fazer pelas empresas; e houve a CT da Autoeuropa com um forte peso de jovens, onde, pasme-se, eles quiseram saber do que nós pensávamos sobre os assuntos da vida. Onde mora afinal, o futuro? E, enquanto ele não chega, como renovar o arco da aliança do Trabalho? Estas perguntas não têm resposta numa campanha. Mas uma campanha pode revelar muito para lá do que são os holofotes e os cenários do espectáculo da política.*

A decisão tinha todas as condições para ser difícil no interior do Bloco. Existia, é certo, uma posição comum sobre a política de combate à droga, que incluía a despenalização de todos os consumos. Mas

uma coisa é o texto e o discurso, outra a passagem à acção. Depois, em termos de comunicação, era enorme o risco de uma interpretação superficial. Afinal, a decisão foi pacífica. Na noite seguinte iríamos para o Bairro Alto distribuir o panfleto sobre a despenalização e mortalhas com a inscrição «é proibido proibir». Engoli em seco e até pensei com os meus botões, «se o meu irmão já é conhecido como o Paulinho das feiras, eu ainda acabo como o Miguelinho das mortalhas»... mas adiante. A recepção foi excelente. Claro que houve quem perguntasse «então e o produto?», mas para essa já eu tinha um «não sustento vícios», como resposta de algibeira. A operação repetir-se-ia, ainda com maior sucesso, na Ribeira do Porto e nem foram precisas mortalhas. O tan-tan da noite funcionava às mil maravilhas. A noite passou a ser para o Bloco de Esquerda o que são para outros partidos as feiras e os mercados. Mesmo entre bloquistas houve reacções de desagrado. Havia que transpor uma acção polémica para um novo discurso sobre a toxicodependência. Durante a última semana dediquei parte substancial das intervenções ao tema. Foi o tempo mais bem empregue da campanha. As plateias do Bloco eram muito heterogéneas. Mais de metade das pessoas estavam na dúvida, queriam ouvir para formarem o seu julgamento. Cheguei a apanhar hesitantes, acreditem, entre o PP e o Bloco (no género «quero saber qual a convicção que me convém mais») ou entre o Bloco e o PSD (os não populistas). Sempre que falei de droga não o fiz, por exemplo, para activistas do PSR, mas para pessoas de extractos sociais e graus de abertura cultural muito variados. Ataqueei a questão social que se esconde por detrás das políticas de combate à toxicodependência. Expliquei a vantagem da separação de mercados entre drogas leves e duras e passei à questão da heroína de modo simples. Um heroinómano pode ser filho de gente pobre, rica ou remediada. Ele precisa diariamente de cinco a seis contos, quando não de 10 ou 11, para comprar o produto que o oprime. Se não tem emprego, primeiro vai às pratas da casa e quando estas aca-

bam - e numa família pobre acabam rápido - passa ao esticão e depois ao roubo ou ao assalto. O Governo descriminalizou mas não tocou no quotidiano das famílias. E o toxicodependente continuará a acabar na prisão, não por se drogar, mas por crimes contra a propriedade... Critiquei depois a política de tratamento. Os programas de metadona são necessários para prevenir riscos, mas não curam. Tratamento, só conheço o que é livre de drogas, seja em acompanhamento ambulatório, seja em comunidade terapêutica. Mas o Estado tem apenas 34 camas em duas comunidades terapêuticas. Para lá delas, financia 750 camas privadas ao preço que lhe custam as suas próprias camas... Por cima desse financiamento, qualquer família com um toxicodependente que se queira recuperar gasta 100, 120 ou 150 contos mensais. Filho ou filha de pobre não tem como. Não houve quem não compreendesse. E concluía, generalizando só precisamos de políticas igualitárias para que cada um não seja privado da sua liberdade por falta de meios. A haver chave para uma nova política ela é, decididamente, a do regresso à vida.

*No sábado anterior ao voto não pensei em política. No domingo sim. Estive com o meu irmão. Como podem imaginar, a campanha que ele fez encontra-se nos antípodas do que eu penso que deve ser a política. Mas como ele se bateu! Creio mesmo que só não foi buscar votos às vaquinhas e às ovelhas porque não se tinham recenseado a tempo... E pensei um pouco na opção que fizera três meses antes. Durante 100 dias vi os meus filhos muito pouco e não namorei nada a mulher com quem vivo. Percebi porque há tão poucas mulheres na política. Nesta sociedade elas teriam de fazer campanhas com os filhos e foi por isso que no último dia levei o mais novo a votar comigo. Como sinal. Mas nada disto toca o dilema pessoal. O divórcio entre vida e política não é apenas público, começa no domínio privado. Dar o rosto tem um preço em desumanidade. Não duvidem que ela marca os políticos que temos, sem excepção. Porque o fiz, apesar*

*do preço? Talvez porque não tivesse alternativa. Porque contrái, ao longo da vida, responsabilidades com terceiros. O dever é o mérito e o limite da matriz comunista em que me formei e que não renego. Mas isto não chega. As atitudes têm de servir para algo mais do que conquistar votos ou justificar passados. Têm de ajudar a inventar um futuro onde as pessoas possam crescer não em função do que têm mas do que podem ser. E isso depende de você: Felizmente, não depende de mim...*

# A GUERRA, AS OPÇÕES EUROPEIAS E O PAÍS

(introdução ao programa para as eleições europeias de 1999)

Compete-me introduzir o Contrato pela Europa, conjunto de sete compromissos do Bloco de Esquerda tendo em vista a conquista de um mandato parlamentar em Estrasburgo.

O Contrato fixa, acima de tudo, o actual estádio de reflexão colectiva no Bloco sobre as questões europeias. Em dois meses e meio de existência, o Bloco apresentou-se um pouco por todo o país, empenhou-se activamente na luta contra a guerra na Jugoslávia, realizou fóruns e debates onde a preocupação fundamental foi dar a palavra, quer a «bloquistas», quer a personalidades e áreas de conhecimento com as quais desejamos manter um diálogo durável e construtivo e, no meio de tudo isto, ainda houve que preparar eleições e discutir programa europeu.

Se este foi o contexto, nem por isso o resultado sai prejudicado. O Contrato tem seguramente fragilidades e desequilíbrios, mas apresenta uma ideia clara para a União Europeia – a necessidade da sua refundação com base numa Carta dos Direitos dos Cidadãos e dos Povos.

O que, desde logo, marca a diferença do Bloco nas eleições europeias é esta perspectiva – afirmamo-nos europeístas de esquerda. No horizonte dos combates cívicos e democráticos que se adivinham não dispensamos a dimensão estratégica da Europa.

## **O princípio das coisas**

Não será segredo que, grosso modo, existissem no Bloco opiniões bastante diferenciadas sobre a Europa e, especificamente, a União Europeia. No Bloco encontram-se correntes tradicionalmente “europeístas” – o que é diferente de eurocêntricas – que, inclusivé nas anterior-

res europeias, chegaram a defender a necessidade de uma Constituição europeia (PSR e PXXI). E no Bloco encontra-se também a UDP que, simplificando, se situava numa posição de resistência nacional face ao avanço das políticas neo-liberais por via da integração europeia. Estou seguro que entre as centenas ou milhares de independentes que têm apoiado o Bloco, estas duas sensibilidades também coexistem.

Constatando a diferença de olhares, o que nos propusemos foi, mais do que discutir o passado, proceder a uma reflexão séria e sem preconceitos sobre os principais conflitos e dilemas que hoje atravessam a Europa. O resultado surgiu em capítulo específico do nosso documento de fundação, significativamente intitulado “Começar de Novo”. Aí se identifica, com clareza, o conflito fundamental que atravessa a União Europeia: «Esta globalização aposta no fim da contratação colectiva, na flexibilização absoluta dos mercados de trabalho, na redução substancial do estado de bem estar e das cargas fiscais sobre o capital. Por outro lado, a resistência a esta pressão já não se pode fazer sem o relançamento de um modelo económico e social alternativo, que preserve e alargue à escala mundial as conquistas sociais e que seja capaz de inovar radicalmente as políticas de intervenção pública e repropor o trabalho – e o pleno emprego – como elemento central de civilidade».

É evidente que a reflexão sugerida constitui, mais do que um marco de chegada, um ponto de partida. Mas ele teve o mérito de acentuar a nossa primeira síntese:

que existe uma dimensão europeia para os combates democráticos e sociais e que ela proporciona novos horizontes aos diferentes povos e culturas que coexistem no nosso continente.

### **A singularidade nacional**

Se esta hipótese é acertada – e eu creio que é – ela não dispensa, contudo, a análise da nossa singularidade. Entre o centro da Europa

e a sua periferia, as diferenças são pesadas. O nosso país encontra-se, para utilizar uma expressão cara a Boaventura Sousa Santos, em «curto circuito histórico». Por outras palavras, chegámos à sociedade de consumo sem por isso deixarmos de ser um país conservador, com séculos de cultura de submissão e com uma burguesia que sempre se encostou ao Estado para resolver as suas próprias fragilidades. Desta complexidade resulta a dificuldade de um discurso centrado sobre a alteração dos padrões de qualidade da nossa vida colectiva - no fundo, a consequência profunda da necessidade de um «modelo económico e social alternativo». Com efeito, são ainda muitos os que não acederam à sociedade de consumo e a ela aspiram. E são imensos os que a ela tendo acabado de aceder, na rigorosa dimensão da sua capacidade de endividamento, ainda não perceberam que «ter» e «ser» estão longe de se poderem identificar.

Fazer a ponte para uma outra qualidade de vida, com esta dupla dificuldade, não é fácil. A resposta dos socialistas é rigorosamente similar à dos sociais democratas – trata-se de cavalgar nos que já estão na sociedade de consumo e gerar nesta as esperanças dos que ainda não estão. Em nome deste programa, o PSD alcançou duas maiorias absolutas e o PS aspira à primeira. A resposta dos comunistas é um mero contra-discurso: a vida está cada vez pior. A verdade é que nem mesmo muitos dos que pioraram as suas vidas acreditam nisso. A vida é uma gestão tanto de realidades quanto de expectativas e estas encontram-se «em alta».

A mensagem do Bloco procura responder tanto à pobreza e ao atraso como ao problema dos padrões de civilização. É por isso que a dimensão europeia do nosso horizonte só faz sentido se (1) nela se afirmar plenamente a discriminação positiva em favor dos países periféricos e mediterrânicos; (2) nas políticas nacionais dermos prioridade a quantos ainda não chegaram à sociedade de consumo; e (3), ao mesmo tempo sustentarmos, mesmo que só minoritariamente

sejam entendidos, a exigência de novos valores e medidas para a qualidade de vida. Por estas razões, o Contrato pela Europa é, simultaneamente um Contrato de Cidadania europeia e um Contrato por uma Europa de nações.

### **A refundação na ordem do dia**

Estávamos nós nestes debates de reconhecimento quando estala a guerra da NATO contra a Jugoslávia. Pode dizer-se que esta guerra de agressão nos obrigou a um substancial avanço na equação das questões europeias.

Em bom rigor, se a Carta dos Direitos dos Cidadãos e dos Povos se justificava por causa do direito à escolha de um modelo de desenvolvimento fora da lógica neo-liberal, é a guerra que precipita a sua urgência. A capitulação dos governos socialistas na Nato veio colocar na ordem do dia a inevitabilidade de um processo refundacional da própria União.

Até à guerra, a União vivia ao abrigo dos Tratados de Maastricht e Amesterdão, assentes em três pilares, mas dos quais um só era efectivo – o do mercado e da moeda. No tocante à política externa (PESC), cada uma das principais potências agia à vontade sobre as respectivas áreas de influência. A guerra vem alterar qualitativamente este quadro. De uma União incapaz de conter a guerra nos vizinhos, passa-se a uma União capaz de a patrocinar às ordens do Pentágono.

Procurei definir esta alteração como uma deslocação do eixo de decisão – de Paris e Bona para Londres e Washington.

Na verdade, este diagnóstico pode ser englobado na ideia genérica de que «A União é um gigante económico e um anão político-militar». Daqui, Mário Soares retira duas conclusões: que a União deve abrir um processo de rearmamento e que a componente federal deve, em nome da coesão política, sobrepor-se à intergovernamentalidade.

As nossas hipóteses são em tudo opostas a este desenho. Desde

logo, estamos convencidos que os dirigentes socialistas, capitulando no plano político, diminuem fortemente as capacidades de resistência que ainda pudessem oferecer, aqui e ali, à implantação do modelo americano de organização e custos do Trabalho. Existe, com efeito, uma dimensão ética e moral nesta capitulação que não pode ser desprezada. Ela só pode ter drásticos efeitos de arrasto sobre o chamado “modelo social europeu”.

Por outro lado, com o peso decisivo da “terceira via” nas práticas governamentais, não vemos qualquer vantagem no aumento da concentração de poderes em instâncias federais. Um desequilíbrio de poderes contra a intergovernamentalidade, dificilmente deixaria de cristalizar – em esfera de decisão política – a lógica neo-liberal já em vigor na economia.

Mas o que vale a pena sublinhar é que a guerra reabriu a discussão estratégica sobre o futuro da União e o seu papel no Mundo. Deseñham-se hoje três opções claras:

— A do eixo Londres/Washington, que sustenta uma Europa de Nações, de preferência sob liderança inglesa, aceitando a competitividade segundo as regras americanas e subordinada à Nato. Na vertente nacional quem mais se aproxima desta opção é o PP.

— A do eixo Paris/Bona, que sustenta uma Europa federal com exército europeu, capaz de reclamar restos da especificidade europeia na sua competição económica com os EUA.

— E uma terceira alternativa – a que o Bloco em Portugal sustenta, em direcção a uma construção europeia regida por novos princípios e critérios a consagrar numa Carta de Direitos.

Qualquer destas alternativas representa uma superação qualitativa do actual impasse na construção europeia. A oportunidade de uma iniciativa como a da Carta ganha, por isto mesmo, não apenas espaço político, como constitui uma possibilidade real de caminho.

## **A nossa Europa**

No Contrato pela Europa procede-se à crítica sistemática da opção federal. Ela carece, além do mais, dos chamados pressupostos mínimos de viabilidade. Não existem dirigentes para ela e isso ficou claro na capitulação belicista. Vão longe os tempos, para não recuarmos muito, de lideranças como as de De Gaulle ou Willy Brandt. E não existem os recursos para, simultaneamente, erguer um novo Estado, rearmar a União, alargá-la e sustentar a coesão política e, finalmente, manter as conquistas sociais do Estado de bem estar. O modelo quebrará pelos elos mais fracos – o alargamento e a despesa social. Mas, mesmo admitindo que por inspiração divina os pressupostos se verificariam, nem por isso o destino seria melhor: uma União rearmada à escala dos EUA e em violenta competição de mercados aproximar-nos-ia de uma nova ordem do terror em patamares de risco de destruição incomparavelmente maiores aos verificados durante a Guerra-Fria.

Foi seguramente a apreciação prospectiva das grandes linhas de tendência que nos permitiu, em cada passo do nosso debate, aproximarmo-nos, não de «acordos», mas de sínteses que, no seu conjunto, desenham uma outra não como utopia, mas como resposta política actual para problemas actuais. A Carta dos Direitos, vejo-a como resposta a um tempo inter-estatal e de cidadania europeia para a crise de legitimidade em que se encontra a actual União. Não forçosamente por esta ordem, é possível identificar os grandes dilemas que atravessam o processo refundacional: a Paz, a construção democrática e o modelo de desenvolvimento civilizacional. Sobre esta última vertente, o Contrato pela Europa, quer na análise, quer nas propostas, procede a significativos avanços. Por isso, concentrar-me-ei, nas linhas seguintes, sobre os dois primeiros aspectos, aliás intimamente ligados.

## **A Paz**

Os analistas responsabilizam a ausência de PESC pela guerra na

Europa. Creio que confundem causa e efeito. A ausência de PESC é uma consequência da própria natureza da construção europeia – antes de tudo, um processo onde o mercado e a moeda se encontram no posto de comando. Na verdade, é por esta razão que todos os alargamentos – que poderiam erigir-se em factor de paz e segurança – têm sido achados.

Nós invertemos os dados deste problema: poderão integrar a União todos os Estados europeus que assim o desejem, desde que subscrevam a Carta de Direitos e as condições políticas de acesso que terá de incorporar, nomeadamente (1) a existência de democracia representativa e liberdades cívicas; (2) o respeito pelos Direitos Humanos e das minorias; e (3), a renúncia ao uso da força militar para a resolução de conflitos internos. Nesta hipótese de trabalho qualquer Estado deve ser livre de abandonar a União; e a União deve ter meios de sancionar os Estados associados que deixem de observar as regras de adesão. O alargamento é um meio de pressão diplomática, política e económica bem mais efectivo para a Paz do que uma política cara de rearmamento. Por outras palavras, a força de atracção que a União revela teria um preço saldável em garantias democráticas.

Chega? Provavelmente não. Por exemplo, a Turquia continua a limpeza étnica e o genocídio dos curdos. Mas convém ter em linha de conta que aquele Estado se sente de mãos livres porque tem um acordo de associação com a União Europeia e é legitimado como membro da Nato. Em todo o caso, o alargamento sob regras de adesão democráticas é muito mais do que temos actualmente e este novo quadro deveria ser complementado com o de uma nova ordem mundial negociada entre todos os Estados, sob a égide de uma ONU reformada.

### **A construção democrática**

Uma União a 20, a 25 ou 30 é operativa, ou seja, seria útil para os seus associados? Com os actuais critérios de adesão, não, Num con-

texto refundacional democrático, sim. Se o objectivo um é a paz no interior do espaço geográfico, o objectivo dois só pode ser o da democracia na decisão, ou seja, a garantia de escolha. O que temos pela frente não é menos do que a necessidade de reinventar a democracia em escala supranacional, num território multinacional, multicultural, multiétnico e cada vez mais multireligioso. Pensar que se pode responder a esta complexidade com uma solução federal, confederal ou intergovernamental, é admitir que poderemos operar com categorias do conhecido sobre o desconhecido. A única resposta válida para este extraordinário desafio reside na ampliação dos direitos democráticos e numa arquitectura institucional que os consagre. Sem apresentar um desenho acabado, o Bloco avança claramente sobre aspectos nucleares:

— a refundação da União e o seu alargamento devem dar lugar, no plano político e diplomático, a uma Comunidade de Estados soberanos e democráticos regulados por um sistema de Tratados e acordos decorrentes da Carta dos Direitos — que assim funcionaria como Carta de Princípios para as obrigações da Comunidade e de cada Estado com os cidadãos na sua dupla condição.

— Nessa Comunidade deverá ser consagrado o princípio da separação de poderes e o equilíbrio entre órgãos e níveis de decisão. Mais democracia em escala europeia significa admitir (1) mecanismos de consulta aos cidadãos da Europa e (2) poderes de iniciativa legislativa a instâncias eleitas. Mas mais democracia em escala europeia só pode significar, em simultâneo, (3) desgovernamentalização da decisão europeia e envolvimento dos parlamentos nacionais e (4), o direito de cada Estado ou nação a não integrar políticas que considerem lesivas dos seus interesses vitais.

**Dois questões são a este respeito particularmente difíceis:**

— os poderes do Parlamento Europeu. Existe um modo simples

de resolver o problema – aumentem-se os seus poderes legislativos, hoje quase inexistentes. Mas a verdade é que se trata de uma instituição definitivamente afastada do quotidiano dos cidadãos, de escassa representatividade, muito pesada e custosa no funcionamento e território de eleição para reformas douradas de políticos de segunda e terceira linhas. Uma instituição representativa em escala europeia exige, mais do que o contrapeso inter-governamental, a participação dos parlamentos nacionais e das consultas populares Estado a Estado na escolha política.

— a articulação entre Direito europeu e direitos nacionais. Actualmente, a doutrina em vigor é a da superioridade e jurisprudência do Direito internacional sobre os direitos nacionais. Um estudo recente, exaustivo e baseado em casos, de Joaquim Machado, demonstra amplamente a asserção. A questão merece reflexão atenta e um início de resposta: a definição sem ambiguidades dos domínios onde essa superioridade se pode verificar - ao nível dos direitos cívicos e ambientais comuns - num contexto de manutenção da Justiça como território de jurisdição nacional.

— Finalmente, uma Comunidade de Estados envolverá decisões por unanimidade, maioria qualificada e maioria absoluta, consoante os domínios. Só é concebível um grau razoável de operatividade se os Estados puderem escolher entre estar ou não estar em tal ou tal política. Por outras palavras, a unanimidade deve estar restrita a poucos mas decisivos domínios e o direito de veto deve poder ser garantido a qualquer Estado; e as situações de maioria devem consagrar o correspondente direito de um Estado a estar ou não estar na política definida. Isto significa uma Comunidade capaz de funcionar em diferentes articulações em diferentes domínios, o económico incluído. De algum modo já é assim: trata-se, no futuro, de o assumir no quadro de uma Carta que estabelece princípios comuns e de Tratados que definem políticas gerais comuns.

## **Em conclusão**

Estou sinceramente convicto que o Bloco demonstrou, nestes dois meses e meio de existência, que veio para ficar. A construção da nossa identidade programática não é meramente interna, mas um caminho onde se cruzam hipóteses centrais de análise, opiniões de «bloquistas» e contributos avançados por personalidades e correntes de pensamento que, não integrando este movimento, com ele vêm mantendo afinidades e cumplicidades que desejamos duráveis.

Existe, implícito neste método, o reconhecimento de que não somos autosuficientes, não abarcamos a totalidade das esferas relevantes do conhecimento contemporâneo e não dispomos nem de tempo de vida, nem de massa crítica bastante para submetermos, com sucesso, ao critério da experiência social o conjunto das nossas hipóteses teóricas e políticas. Este reconhecimento não nos diminui. Bem pelo contrário, ele instituiu-se em ponto de partida para uma busca suplementar de sentido para as nossas indignações, precisamente a atitude que começa por distinguir a esquerda da direita. O diálogo está inscrito no «DNA» do Bloco desde o seu nascimento e assim desejamos que continue. O Bloco só poderá crescer se o souber fazer ouvindo. Ouvindo realidades e sofrimentos e ouvindo saberes que nos ajudem a lutar, essa outra marca das nossas histórias políticas e que, nos curtos meses de existência deste novo movimento, teve de ser posta à prova na questão da Guerra e da Paz.

Nada disto diminui, entretanto, a nossa própria responsabilidade e o papel que alguns de nós assumiram no caminho que escolhemos. Com efeito, não nos teria sido possível acelerar, como o estamos a fazer, a construção política e programática do Bloco – a que agora dou o meu rosto – sem o contributo dos militantes de três organizações muito diferentes entre si: a Política XXI, o PSR e a UDP. Se o Bloco é bem mais do que uma coligação para fins eleitorais, se se constrói

como movimento que chegou para ficar é porque a sua necessidade foi entendida por identidades e culturas que o antecederam. Houve gente, muita gente, que soube e quis estar no lugar e no momento capazes de transformar a necessidade em acção.

Agora é tempo de muitos outros e outras se nos juntarem.

# 11 DE SETEMBRO – VIRAGEM

Setembro 2001

“Estuporados. Assim estamos, vendo e revendo as imagens. Como foi possível? Foi. Com absoluta precisão militar, convicção e audácia, os símbolos da capital do Império foram atingidos. Não pode nem deve existir um só grama de satisfação, mesmo a mais íntima e indizível. A elevação da barbárie a obra de génio não altera a sua natureza.

Do mesmo modo que o mais fulminante dos genocídios modernos, a bomba de Hiroshima, não encontrou justificação no fim do segundo conflito mundial.

O que aconteceu foi um acto «político» ou uma operação para lá da «política» tal qual ela existe? Foi uma escalada na espiral dessa imensa fractura entre o «mundo ocidental» e o «mundo islâmico» ou, pelo contrário, a antecipação de um novo tempo neste tempo? Convém respirar fundo, contar 1, 2, 3 e raciocinar.

O genocídio não foi cometido por nenhuma das organizações político-militares palestinianas, nem mesmo o Hamas. Para todas, a guerra é o prosseguimento da política por meios militares. Desviar o alvo para o coração da América só alarga a margem de manobra dos tanques israelitas nos territórios da Autoridade Palestiniana.

Líbia e Iraque também não foram. Nenhum dos seus líderes ignoraria o preço da retaliação. Afaste-se portanto a hipótese de um «acto de guerra» e concentremo-nos sobre a possibilidade de um terror fora dos padrões conhecidos. Tenha sido ou não, esta possibilidade é, desde anteontem, admissível para o futuro.

Ao contrário do que sustentam os idiotas que governam os e a Grã-Bretanha - e por extensão o planeta - os autores não são, simplesmente as «trevas» ou o «mal absoluto». Nem os «cães raivosos» de que falava, na Televisão, um popular candidato a idiota. Antes fossem. Antes isto fosse um filme americano, daqueles da guerra-fria e seus

sucedâneos anti-terroristas. Acontece que a realidade ultrapassou a mais criativa das ficções. Reflectir e acertar no modo de actuar e por isso urgente e a minha hipótese é simples: mais do que o «mal do mundo», os autores - sejam eles Bin Laden, os Talibans, para-militares norte-americanos ou qualquer objecto novo nos universos do terror - são a face terrível do imenso mal-estar que invade o mundo contemporâneo. E sem se ir às causas não haverá como escapar ao ciclo da barbárie.

Compreender não é aceitar nem desculpar. E criar as condições para se acertar.

Admitamos que a tragédia de 11 de Setembro encontra na fractura entre Ocidente e Islão a sua causa próxima e no «passanço» a sua convicção. Deixemos de lado o mergulho nos tempos da guerra fria, o papel de Bin Laden no Iémen e depois no Afeganistão. Ou como os aprendizes de feiticeiro da CIA o suportaram e estenderam a boa vontade aos talibans. Ou como a ditadura que impuseram no Afeganistão é seguramente a mais teocrática do planeta e das mais implicadas no tráfico de drogas e armas. Deixemos as mil histórias da História e concentremo-nos no fundamentalismo, o que é estrutural e durável. Para lá dos protagonistas.

Por cá a ideia sobre ele é a de uma imensa irracionalidade. Por cá.

Porque por lá a irracionalidade é uma desesperada busca de sentido num mundo que deixou de fazer sentido.

Ao contrário do que se julga, a globalização não criou apenas novos mercados mundiais, derrubando fronteiras económicas. Esta e a dimensão espacial do fenómeno, à qual corresponde um sistema opaco de poder global onde os milhares de quadros financeiros assassinados nas torres do World Trade Center mandavam bem mais do que uma imensidão de governos democraticamente eleitos. A singularidade desta específica globalização mora na capacidade que revelou, em poucas décadas, de fundir em cada território os tempos passados e os futuros num só tempo - o presente.

O choque civilizacional da operação-tempo e' incalculável. Todas as certezas passadas, todos os ritmos de vida e poder tradicionais, e até os territórios em que as diferentes comunidades e culturas (con)viviam, foram submetidas a uma violentíssima revolução, intensiva e instantânea pelos padrões do tempo histórico. O terceiro e quarto mundos estão a ser forçados a realizar em 30 ou 40 anos transformações que na Europa levaram séculos e sofrimentos imensos.

No mundo islâmico este processo ocorre sob os escombros de uma civilização outrora esplendorosa. O pior não é, por aqui, o abate dos mercados locais. O pior é que a globalização impôs uma nova mercadoria - um modo de vida - e expropria todos os dias o planeta dos seus diferentes Tempos e Modos de existência. Este novo capitalismo, ao apropriar-se dos tempos do mundo abriu a pior das caixas de pandora, a do desespero. Os passados de glória e o fanatismo religioso são o refúgio dessa imensa perda de poder imaterial, o da identidade.

Ê esta fractura que explica o drama da felicidade dos palestinianos no momento em que receberam a notícia do ataque. Serão eles «cães raivosos»? Não, são homens e mulheres sem lugar neste mundo e sem nada a perder. Homens e mulheres em guerra contra uma ordem que lhes nega o direito a serem, o direito a terem Tempo. Só espanta como o fundamentalismo não ganhou ainda mais adeptos num mundo que encontra na irracionalidade a sua derradeira racionalidade.

Não sei quem deu mais este passo no caminho da barbárie. Só sei que a resposta dos EUA - as guerras das estrelas e as defesas estratosféricas - são inúteis à luz da tragédia de 11 de Setembro. Só sei que a unipolaridade político-militar não conseguiu substituir com vantagem o equilíbrio do terror. E sei que um sistema de defesa colectivo, partilhado e verificável, só fará sentido no contexto de um acordo mínimo entre o Norte e o Sul do planeta para mínimos planetários de justiça social. Se não existir destino para o Sul, o 11 de Setembro entrará na História em vez de ter ficado para a História”.

# GUERRA E RENASCIMENTO DA POLÍTICA

Abril 2003

MIGUEL PORTAS E JOSÉ MANUEL PUREZA

No momento em que escrevemos, a guerra encontra-se no seu sétimo dia. Depois de meses de miserável e errática aldrabice, o objectivo passou, finalmente, a ser claro: «libertar o Iraque». Bin Laden foi mandado às malvas como causa da guerra; a «ameaça» nuclear foi esquecida e até o famigerado armamento químico e bacteriológico foi relegado para lugar secundário. O objectivo é o poder - o fim do de Saddam e o nascimento do protectorado que se lhe seguirá. Deste ponto de vista, a Ocidente nada de novo.

## ***Lições de sete dias de guerra***

Os primeiros dias, recorde-se, foram de «decapitação». Contudo, as «armas do bem» não foram suficientemente «inteligentes» para descobrirem o paradeiro do ditador. Politicamente, justifica-se uma reflexão sobre a guerra que se inaugura pelo «tiranicídio». Uma coisa é, no confronto militar, chefes morrerem em combate. Outra, bem diferente, é escolhê-los como objectivo militar. A Justiça, enquanto ideia, prática e norma impor-se-á contra a Justiça pelas próprias mãos, o «procura-se vivo ou morto». Mas agora, em pleno século XXI, Bush e Blair dão um salto mortal no passado tomando para si a sentença extra-judicial dos «Chefes do Mal». Na «operação decapitação» se anuncia, simbolicamente, a primeira das «libertações» prometidas pelo Império: a das armas, colocadas acima de qualquer lei que as condicione. Veio em seguida o «Pavor». O «dilúvio dos céus», como carinhosamente foi apelidado, tinha como objectivo principal espa-

lhar o pânico entre os sitiados, levando a rendições de massa e/ou a sublevações urbanas contra o exército do regime. O que os relatos dos dez primeiros dias de guerra nos contam é, contudo, outra história: aldeões capazes de se baterem, entre si, até à morte por um pacote de bolachas entregue por «soldados do bem»; zonas residenciais e mercados alvo de bombardeamentos, irando o povo contra o invasor. O fracasso da segunda fase da guerra merece igualmente reflexão: tal como inicialmente fora concebida pelo seu criador, a «operação choque e pavor» destinava-se a lançar uma tal chuva de bombardeamentos sobre as cidades que estas, afogadas em fogo, se renderiam. «Choque e Pavor» concebeu-se como opção militar por uma guerra brevíssima e tão brutal que levasse o regime a uma «capitulação à japonesa». Não foi esta, contudo, a opção. Os invasores quiseram aproveitar o efeito psicológico da sua esmagadora superioridade para, de algum modo, «recriarem» a opção drástica sem comprarem a sua consequência — uma terrível mortandade com destruição urbana generalizada. A opção hardcore seria intolerável aos olhos das opiniões públicas e colocaria os EUA e o Reino Unido ante acusações de genocídio e barbarismo. O império precisa de se mostrar em todo o seu poder, mas não o pode usar senão parcialmente. Os primeiros tempos da guerra evidenciaram ainda um invasor evitando o contacto «homem a homem», onde o diferencial tecnológico diminui drasticamente e o povo passa a intervir as como actor no desfecho da luta.

Ao fim de sete dias de guerra, o dilema anglo-americano era terrível: serem rápidos e brutais, abandonando a «cirurgia», ou serem apanhados pelo «síndrome do Vietname»: uma guerra de conquista com elevado número de caixões regressando às terras natais. Para quem tinha a obrigação de vencer no terreno minimizando as perdas nas opiniões públicas e na comunidade internacional, a equação apresentava-se sem solução à vista.

### ***O preço e a consequência***

Apesar disso, o resultado da invasão continua a ser tão previsível quanto anunciada fora a decisão da guerra. Por surpreendente que seja a tenacidade dos sitiados, a superioridade militar do adversário só poderia ser compensada por uma férrea unidade do Iraque. Esta segunda condição está longe de poder ser uma realidade. Porque a base de sustentação do regime assentou, durante décadas, na repressão e eliminação sistemática da dissidência; porque os efeitos conjugados de 3 guerras num quarto de século deixaram feridas profundas; e porque 12 anos de embargo criminoso diminuíram drasticamente a coesão nacional e impulsionaram disparidades sociais imensas. Não é impunemente que Saddam Hussein recorre dramaticamente a Alá e ao factor religioso como cimento primeiro e último da resistência ao invasor.

Quando esta revista chegar às mãos dos leitores e leitoras, o conflito poderá estar em vias de terminar. Mas ao fim de sete dias de guerra, é lícito admitir três hipóteses prospectivas:

— Por grande que seja o condicionamento introduzido pelas opiniões públicas, o preço da vitória será sempre tragicamente elevado. Ao fim de uma semana, as mortes angloamericanas aproximavam-se da centena. Contudo, do lado iraquiano, o saldo era, já, de milhares de vidas entre militares e civis e os números não traduziam a hecatombe humanitária das cidades sem água potável. Curta ou longa, a guerra deixará um lastro de destruição impossível de esquecer. A escalada armada é a promessa desta guerra.

— Encontramo-nos ante um conflito militar fortemente determinado pela batalha de opinião, pelo jogo de forças entre o Império e a Cidadania Global. Quanto mais longa for a sua duração, mais esta contradição se desenvolverá.

— Ela prosseguirá para lá da própria guerra, em redor do «dia seguinte» e da prevenção das próximas agressões. Aliás, entre os EUA e o Reino Unido começa já a abrir-se uma brecha sobre o «dia se-

guinte». O Império não abdica nem do protectorado nem do exclusivo sobre os contratos da reconstrução, os quais serão sempre, de um ou outro modo, suportados pelo petróleo iraquiano. Uma moral cínica diria que Bush, além do mais, é mal agradecido. Na realidade, o que está em causa, é que a dinâmica da escolha norte-americana não admite paragens, derrota ou compromissos. O Império foi apanhado pela sua própria vertigem.

***A guerra agrava extraordinariamente a crise da política***

A invasão unilateral do Iraque não é uma simples guerra espacial, pelo território. É, principalmente, uma guerra pelo sentido e a direcção do Tempo. Quatro aspectos caracterizam a crise política mundial aberta pela invasão unilateral:

- O Conselho de Segurança, resistindo a sucessivos ultimatos, garantiu que o combate à «guerra preventiva» se pode continuar a fazer em nome do Direito Internacional. Agora, as forças da paz podem e devem exigir a suspensão das hostilidades, a retirada dos exércitos e a recondução da questão iraquiana para o lugar de onde nunca deveria ter saído: o Conselho de Segurança.

Contudo, a ONU e o Direito Internacional entraram no seu mais difícil momento de existência. Não é certo que sobrevivam à vontade aniquiladora da extrema-direita norte-americana instalada na Casa Branca. A partida está em aberto.

- O epicentro do conflito sobre o Direito Internacional é a União Europeia e a fractura no arco atlântico. Com o ultimatum dos Açores, a administração norte-americana visava a vitória qualquer que fosse o cenário: ou a cedência do eixo germano/francês, dobrando a União Europeia; ou a sua divisão durável. A ferida abriu-se na Europa institucional, impedindo compromissos duráveis sobre o seu futuro. Também o futuro da União se encontra em aberto.

- O Médio Oriente vai passar por um período de convulsão gene-

realizada. A guerra enfraquece os palestinianos, isola as cleptocracias pró-americanas e reforça o recrutamento político e militar do fundamentalismo islâmico. O primeiro sinal já aí está: no Irão, o fundamentalismo pulverizou as eleições locais.

• Finalmente, não foi só a esmagadora maioria dos Estados que se revelou impotente para travar uma guerra que não desejavam; foram as multidões que se confrontaram com essa descoberta e outra ainda: que os governos alinhados por Washington, entre a opinião popular e a vontade do império, não hesitam na sua escolha. A «operação libertação» aumenta exponencialmente a crise da política, enquanto exercício do poder desvinculado da vontade popular. Mas, paradoxalmente, é este mesmo desrespeito que está a provocar o renascimento de uma «outra» política, a que se apropria dos espaços públicos e reclama o fim da agressão.

### ***O alvor da ordem do Império***

Sugere Ronnie Lipschutz (2002) que os livros de História do futuro poderão consagrar a seguinte versão oficial:

*“No início do Século XXI, os Estados Unidos apostaram tudo no império. (...) Na sequência do 11 de Setembro, impuseram um novo sistema global em que desempenham não já apenas uma função de hegemonia, antes estabelecem as regras que vinculam todos os outros Estados. No império, o Direito Internacional tornou-se desnecessário porque deixou de existir sistema internacional, república global ou mesmo territórios soberanos.”*

Nesta citação se condensa um dos horizontes possíveis da Humanidade para os próximos anos. Ele traduz, com rigor, a ambição que a actual administração norte-americana e o complexo militar-industrial projectam para a sua própria posteridade. Com efeito, o novo conceito

estratégico de Defesa e Segurança nacional dos EUA, atribui ao país uma missão messiânica sem fronteiras e sem antecedentes históricos:

*“Os Estados Unidos possuem uma força e uma influência sem precedentes nem igual no mundo. Animada pela fé no princípio da liberdade, e nos valores da sociedade livre, esta posição atribui-nos responsabilidades e obrigações únicas.”*

Nesta proclamação se espelha a representação que a hiper-potência faz de si mesma. O insuspeito Robert Kagan (2002) sintetizou-a nos seguintes traços:

*“os americanos vêem normalmente o mundo dividido entre bem e mal, entre amigos e inimigos (. ..). Quando confrontados com adversários reais ou potenciais, os americanos favorecem normalmente políticas de coerção e não de persuasão e preferem as sanções punitivas aos estímulos a um melhor comportamento, o pau à cenoura. Os americanos visam objectivos finais nos assuntos internacionais. Querem os problemas resolvidos e as ameaças eliminadas. E tendem cada vez mais para o unilateralismo (...)”*

A vingar um quadro imperial, os conceitos de soberania e de Direito Internacional reescrever-se-iam: aquela deixaria de ser o direito de cada Estado se governar a si próprio e para passar a significar o dever de cada Estado contribuir para a estabilidade do império; e o Direito Internacional deixaria de ter sentido como ordem reguladora das relações entre Estados soberanos, para se converter num sistema de ordens emanadas do centro do império para a sua preservação.

Esta alteração em profundidade não traduziria uma mera mudança na relação de forças que sustenta o sistema mundial de dominação. A

vingar, representaria uma revolução no sistema triádico da globalização neo-liberal e nas instituições e regras globais em que opera.

A possibilidade de um tal horizonte não decorre apenas do 11 de Setembro. Não nos encontramos ante uma alteração súbita. A subalternização dos mecanismos multilaterais de decisão teve expressões gradualmente mais claras ao longo de toda a década de 90, culminando na intervenção da NATO na Ex-Jugoslávia, executada, já, sem qualquer mandato do Conselho de Segurança. Aliás, a opção pragmático-imperial dos Estados Unidos inspira-se em velhas tradições de política externa norte-americana, agora potenciadas pela ausência de um contra-peso (como o era a União Soviética durante a guerra fria) e pela dimensão atingida pela assimetria de poder; sobretudo nos planos tecnológico e militar, entre os Estados Unidos e todos os seus aliados ou adversários, o que só podia alimentar a diferenciação de perspectivas estratégicas. A questão, como lembra Pierre Hassner (2002: 47) não é saber se nos encontramos ante o risco de configuração de uma ordem mundial de cariz imperial, mas sim se ela se inspira em Hobbes - onde o soberano se situa acima da lei - ou em Locke - em que o soberano se vincula a si próprio pela lei. A este respeito, os sinais são mais que inquietantes: o imperador arroga-se o direito de decidir o que é correcto e o que o não é, o que é legítimo e o que o não é. Pior, atribui-se a si próprio a prerrogativa de ficar isento de cumprir as regras que ele próprio impõe aos demais. Três exemplos ilustram bem a «excepção» norte-americana:

- O tratamento dado aos prisioneiros de Guantanamo. Os EUA consideraram o 11 de Setembro como «acto de guerra». Em consequência, os talibãs detidos no Afeganistão e transportados para a base sediada em Cuba, só poderiam ser considerados «prisioneiros de guerra» ficando, portanto, ao abrigo da Convenção de Genebra. Mesmo que assim não fosse, os detidos deveriam ter, pelo menos, as garantias legais de qualquer serial killer nos EUA: direito a advogado e a recurso. Mas

em Guantanamo nem uma coisa nem outra, apenas um Tribunal Militar sem instâncias de apelo.

A contradição entre a pressão feita pelos Estados Unidos para a entrega de Milosevic ao Tribunal Ad Hoc para julgamento dos crimes perpetrados na Ex-Jugoslávia e o boicote que fazem ao Tribunal Penal Internacional.

O próprio conceito de «guerra preventiva»: ele só pode ser um exclusivo norte-americano porque é inimaginável a sua universalização. A «guerra preventiva» é uma prerrogativa exclusiva do soberano, sob pena de generalização do caos.

Este Império tem sede e pátria e não se dispõe à partilha de decisões. Porque esta é a parada que se joga, não restava à França, à Alemanha, à Rússia e à China senão a resistência. Cedendo, perderiam toda e qualquer legitimidade para contestarem os passos seguintes da «operação Império» ou baterem-se por compromissos. Na verdade, se para franceses e russos, o essencial fossem as suas concessões petrolíferas, o avisado seria terem negociado e chegado a um compromisso que salvaguardasse os contratos actuais para um futuro pós-Saddam. Não o fizeram porque o que se joga no Iraque é, na realidade, o fim de uma ordem global e o nascimento de outra: «apenas» e tão só isto.

### ***Crise do atlantismo e nascimento de uma nova Europa***

O factor que está a acelerar a História é, portanto, a clarificação da vontade imperial da administração norte-americana e a sua invulgar dificuldade em explicar-se. Com efeito, a mais que errática conduta do Império no plano diplomático e na explicação pública das suas motivações contribuiu - e não foi pouco - para o clima de justa e generalizada desconfiança e contestação que varreu o planeta nos últimos meses.

O Império falhou rotundamente a aposta diplomática destinada a alcançar a legitimação da agressão pela comunidade internacional.

Em Outubro do ano passado, nesta mesma revista, dávamos por bem pouco provável este inesperado desenlace. Apesar de tudo, a tradição apontava para a realização de um compromisso entre os países com direito a veto. Da segunda guerra do golfo à intervenção na ex-Jugoslávia, passando pelo Afeganistão, de um modo ou de outro, as administrações norte-americanas conseguiam, senão a legitimação, pelo menos o silêncio comprometedor. Tantas vezes o cântaro foi à fonte, que desta se partiu.

A agressão surge assim, ante a opinião pública, em toda a sua nudez imperial e perante a pior arrumação possível de forças para o agressor.

Na Europa, a estratégia do Império foi sentida, não apenas como agressão imoral a um povo martirizado, mas como desesperada tentativa de sequestrar a própria Europa enquanto entidade independente, capaz de uma voz própria. A conjugação entre a arrogância de Washington, a pressão popular contra a guerra e até a inteligência táctica do ditador de Bagdad, estreitou extraordinariamente a margem de manobra da extrema-direita norte-americana. Hoje, a Europa institucional não se encontra mais em condições de marchar unida às ordens de Washington. O que antes o oceano unia contra a URSS, hoje separa-se. Robert Kagan, ao proclamar que “os americanos são de Marte e os Europeus são de Vénus”, esclarece que essa diferença não tem raízes biológicas ou etno-culturais; é, para ele, uma pura questão de poder. De forma crua, escreve:

*“a força militar americana produziu uma propensão ao uso dessa força; a fraqueza militar da Europa produziu uma aversão perfeitamente compreensível ao exercício do poder militar”.  
E sentencia: “os europeus opõem-se ao unilateralismo em parte porque não têm capacidade para o unilateralismo.”*

É verdade que a Europa política que hoje temos é ainda produto directo da guerra-fria. E é verdade que a actual pulsão unilateralista da política externa norte-americana resultou, em grande parte, do fim da dependência transatlântica mútua após a implosão da União Soviética. Mas a inferência de que o mais a que a Europa pode aspirar, é a um mais ou menos humilhante sistema de divisão do trabalho, em que cabe aos Estados Unidos “make the dinner” e aos europeus “do the dishes”, erra ao confundir a espuma dos dias com os dados sólidos da História.

O que hoje retoma as ruas é a cultura profunda de uma Europa que promoveu e sofreu guerras em demasia durante o século passado. Que aprendeu, justamente, a recear a guerra e a não aceitar o seu preço em vidas humanas. É por isso que os principais expoentes de Bush na Europa - Blair, Aznar e Berlusconi se encontram a braços com a sedição dos seus próprios povos. E se é verdade que a União nunca se encontrou tão abalada pelas suas contradições, não é menos certo que uma nova Europa acordou neste combate. Ela não teve, ainda, força para evitar a guerra. Mas já teve peso bastante para prolongar o seu tempo de preparação e dar um suplemento de legitimidade e força aos países que hesitavam em face da chantagem norte-americana.

Nestes meses, o adversário ganhou nome e rosto e as responsabilidades que se exigem, também. A cidadania europeia acordou. Revelou-se europeísta sem ser eurocêntrica. A questão nunca foi apenas, nem principalmente, manter a União ou o respectivo país fora da guerra.

O europeísmo que sobressai nas manifestações é global e solidário, intui que o papel da Europa no mundo não é o da submissão a Washington, mas o de um papel activo para um mundo mais justo e pacífico. Este é um dos mais seguros panos de fundo do presente renascimento da Política, aquele que nos indica estarmos ante um “momento constituinte”, o de uma outra Europa com um outro papel

num mundo que se quer, também ele, outro, bem diverso do imposto pela actual fase do capitalismo global e antagónico que se adivinha na promessa imperial.

É desta Europa que nasce nas ruas que as esquerdas transformadoras devem partir para a definição de um rumo estratégico de embate com o Império. A sua consolidação em escala planetária não é mais do que um dos horizontes possíveis. Ele pode ser derrotado.

### ***Da Europa das multidões...***

Nas ruas, a vontade de Paz traduz uma aspiração, tão profunda quanto difusa, a um mundo mais justo. “Não há Justiça sem Paz, nem Paz sem Justiça”, é a frase que melhor pode traduzir o que sentem as multidões que se manifestam.

Elas enviam múltiplos recados aos belicistas: que nenhuma potência se pode arrogar o direito de decidir da guerra a seu bel-prazer; que deputados e governos não têm o direito de, ao arrepio das opiniões públicas, lançarem os respectivos países na nova cruzada de Bush; que o dinheiro para armamento seria bem melhor empregue no combate às pragas da civilização em que vivemos. Agora que ganharam o direito de palavra, dificilmente se remeterão ao silêncio. A crise da política cruza-se, assim, com os temas fortes da crise de civilização: respondendo à «guerra preventiva» de Washington, as multidões estão a transformar-se em “Povo Global”, “constituente”, capaz de pôr o dedo nas feridas da actual fase de globalização neo-liberal.

Com efeito, as multidões estão a apreender rapidamente que o nexo entre guerra e políticas neo-liberais é a chave desta fase da globalização imperial e armada. Contra ela, todas as redes sociais se meteram em acção, em particular no espaço europeu: sindicatos, movimentos ecológicos, comunidades religiosas, movimentos pelos Direitos Humanos, ONG's de assistência e voluntariado, comunidades minoritárias de imigrantes, movimentos de género e, claro, os partidos de es-

querda, na pluralidade das suas correntes e ainda forças e personalidades do centro e até da direita. Todos percebem que a urgência deste tempo é a recusa da ordem imperial oculta por detrás dos discursos de G.W Bush.

As motivações de uns e de outros neste grande renascimento da cidadania global não são forçosamente coincidentes. Mas uma inegável vontade de mudança global está a nascer e a afirmar-se. De um modo ou de outro, intui-se que o mundo tem que mudar para se evitar o pior. O modelo neoliberal, dominante desde os anos 80, entra, finalmente, em litígio aberto com a nova consciência das ruas. Começou a ruptura popular e democrática com a percepção do mundo dominante nas últimas décadas. Em Novembro de 2002, Florença juntou um milhão de europeus. Três meses depois, as manifestações mundiais contra a guerra atingiam, na Europa, proporções que já não podiam ser quantificáveis com rigor. Todas as escalas de participação foram quebradas. Mesmo depois da guerra ter começado, o movimento continua a expressar-se em milhões. A História move-se e, nela, os aquários institucionais confrontam-se com os espaços públicos da cidadania pacifista; a resistência em marco nacional aprende rapidamente com a iniciativa em escala global e é por ela “contaminada”; e o sentido da política muda — onde antes a esquerda corria para o centro, agora é o centro que, sob pressão popular, se desloca para a esquerda. A entrada tardia da Internacional Socialista na corrente popular das manifestações evidencia isto mesmo.

### ***A emergência do Povo Global***

No anterior número desta revista trabalhávamos sobre uma hipótese forte: a de que as multidões que vêm tomando as ruas sejam bem mais do que uma sucessão de momentos dissolúveis, efémeros, irrepetíveis. Escrevíamo-lo quando estávamos ainda longe de poder, sequer, imaginar a amplitude da jornada de 15 de Fevereiro. A rapi-

díssima evolução dos acontecimentos obriga-nos a prolongar a linha de reflexão. Três aspectos parecem confirmar estarmos ante a emergência de um novo protagonista social e político, de um “Povo Global” e “constituinte”:

15 de Fevereiro não se explica apenas pela vontade de evitar a guerra. 15 de Fevereiro é também, e em primeira instância, o fruto de um ciclo de manifestações e protestos que o precederam, de Seattle, nos EUA, às grandes jornadas de Génova. O 15 de Fevereiro também não se explica sem essa notável criação que têm sido os Fóruns Sociais Mundiais de Porto Alegre e a sua primeira expressão europeia, o de Florença, em Novembro passado. Por outras palavras, o 15 de Fevereiro assinala a primeira grande explosão de um movimento que nasceu antes e que se encontra em curva ascendente. Este aspecto é tanto mais significativo quanto coincide com a continuidade de uma persistente crise nas esquerdas políticas. No que vemos se descobre, mais do que o momento, a vaga de fundo.

Esta onda é auto-organizada e independente dos poderes políticos. Nenhuma Internacional conseguiu, até hoje, concretizar uma mundi-manifestação tocando os cinco continentes. A iniciativa começou por se marcar em Florença, para a Europa, e só depois, em Porto Alegre, foi alargada para a escala planetária. Não houve central, mas comunhão e aposta comum. Uma das razões do extraordinário sucesso da jornada decorreu deste mesmo facto: ser mundial e ter um alvo mundial identificável. Quem participou não o fez por motivações nacionalistas mas por uma imensa generosidade, expressa em múltiplas línguas e linguagens. Essa sensação de pertença a um mundo «outro», a uma comunidade de acção, encontra-se já muito difundida entre os activistas e manifestantes dos países onde o movimento é mais desenvolvido. Esta capacidade de «produção de sentido», independente dos poderes políticos, é uma característica decisiva de qualquer processo constituinte. Ela existe no «movimento dos movimentos».

Certo, o movimento não é ainda uma alternativa política, programática, ao capitalismo realmente existente. A sua força propulsora é o protesto e a indignação com a imensa injustiça que atravessa a globalização. Mas a 15 de Fevereiro e nos actos que se lhe seguiram, dois aspectos devem ser retidos: por um lado, a Paz deixou de ser um «mero» valor ético desprovido de eficácia política prática para se transformar, ela mesma, na proposta política para impedir o avanço da tal guerra. O movimento foi, pela primeira vez, capaz de expressar um objectivo claro, preciso, possível e necessário. Com isso, deu a milhões de pessoas a certeza de que a ética e a política deixaram de ter um muro de Berlim a separá-las. A nova política que emerge é «quente» e serve-se «quente». Por outro lado, o movimento soube manter-se independente, quer dos partidos, quer dos Estados que resistiam ao Império. Claro que a atitude franco-alemã foi vista com bons olhos por toda a gente. Mas nem por isso as multidões se transformaram em força de choque desses Estados. Esta independência estratégica é outro dos aspectos estruturantes de um movimento «constituente».

«Global», «plural» e «auto-organizada», a Multidão constitui-se, assim, em «Povo Global», em sujeito activo da História que vem. Sem anular as lutas em quadro nacional, antes as potenciando pela capacidade de misturar diferentes subjectividades que ainda há pouco viviam de costas viradas, o que este movimento anuncia é que ao capitalismo global se opõe agora uma ideia de transformação social que também é capaz de eleger o planeta como palco de luta.

Porque a parada é extraordinária, à altura da mudança de época em que nos encontramos, se exige a reflexão sobre o «movimento dos movimentos» e em particular sobre a sua expressão em Portugal.

### ***Contaminação, democracia e amplitude***

Só a História poderá, em definitivo, validar a hipótese teórica em que trabalhamos. Ela é, acima de tudo, uma grelha interpretativa para

a intervenção transformadora. No caso português, só a área do Bloco de Esquerda e sectores do activismo social independente sustentam que nos encontramos ante um “Povo Global” e um “processo constituinte”. Justiça se faça, também Mário Soares intuiu que «algo» de novo estava a nascer e que os socialistas aí deveriam encontrar a sua cura de rua, por contrapeso a uma governabilidade que os enredara nos pântanos da realpolitik. A figura histórica do socialismo português não apareceu apenas nas manifestações de Paz, já estivera antes em dois Fóruns Sociais Mundiais. Ele representa uma sensibilidade que se expressa também no movimento global e que quer refrescar o socialismo, reencontrar-se com uma tradição popular abandonada e, ao mesmo tempo, canalizar o movimento para o apoio a soluções políticas tradicionais, mais ou menos «frentistas».

Já com o PCP, o problema é bem distinto. Os comunistas sabem que algo que a todos ultrapassa está a ocorrer, mas não retiram as consequências teóricas e práticas desse facto. Para o PCP, o conceito de Povo confina-se ainda às fronteiras do Estado-nação, bem como a condução da luta política. A mera hipótese de uma agenda internacional, decidida algures fora da Soeiro Pereira Gomes, é um bico-de-obra. A simples ideia de mistura de subjectividades de acção e tradições de intervenção em Ágoras não hegemónicas por uma qualquer vanguarda, leva-os igualmente para posições defensivas. O PCP rejeita, acima de tudo, o desconhecido. E, acossado na frente interna e com dificuldade em vencer a barreira da comunicação social, reage enchendo as manifestações de bandeiras partidárias.

As diferenças de avaliação acabam por ter consequências em cadeia. Se nos encontramos ante um «Povo Global» e um «movimento constituinte», então há que aprofundar o debate sobre três aspectos decisivos:

- Que instituições democráticas do próprio movimento global, deve ele criar? Até hoje, temos vivido de encontros mais ou menos avulsos,

por objectivos precisos, onde «amigo não empata amigo». Esta extraordinária flexibilidade tem respondido, mas coloca, inevitavelmente, problemas crescentes de democracia. Quem trabalhe sobre a hipótese do «Povo Global» está aberto a encarar este problema em comum, nas suas diferentes dimensões. Quem pense que a Nação é o território eleito para a decisão política, só pode resistir a esta perspectiva.

- Que alianças e convergências? Se a perspectiva é «global», o activismo procura a máxima amplitude e força, para lá dos constrangimentos nacionais. Freitas do Amaral tem criticado a guerra unilateral? Procure então o movimento o seu envolvimento. A generalidade dos activistas, o Bloco e Mário Soares assumiram esta perspectiva; já o PCP lhe resistiu em nome dos sinais errados dos que poderia enviar a outras lutas em soc quadro nacional. O PS evoluiu de uma posição centrista para um envolvimento, mesmo que circunscrito? A generalidade dos activistas, o Bloco e Mário Soares leram positivamente a mudança; o PCP nem por isso. Afinal, não é o PS que, no plano nacional, negoceia com o PSD uma lei dos partidos feita por medida contra os comunistas?

- Que proposta programática urge opor à globalização armada? Esta é a mais difícil das perguntas. Porque não chega um caderno reivindicativo, uma carteira de reclamações escrita pela positiva, que some tudo. Porque as diferenças entre mundividências são ainda relevantes entre as diferentes almas do movimento e porque nem todos estão interessados nesse passo. E, para lá das ruas, como se confronta o movimento com os poderes mundiais, sem se deixar absorver por uma lógica institucionalista que o estrangularia? Não há, de momento, resposta cabal a estas perguntas. Mas sobre elas existem duas atitudes: ou, mais uma vez, se desconfia e se procura, acima de tudo, afirmar as verdades de sempre nos fóruns internacionais; ou se tem confiança na dinâmica social e se procuram aproximar quantos e quantas apostam no socialismo e na ecologia política não apenas como horizonte de

transformação, mas como processo e se dão passos para a construção de um novo sujeito político, autónomo do movimento, mas capaz de lhe dar às suas exigências, expressão política e institucional.

No caso português, há que cruzar estas leituras com a especificidade do nosso movimento social. Porque ele reflecte não apenas os atrasos do país, como uma história intimamente ligada a um partido comunista de resistência. O atraso nacional dificultou a emergência de novos movimentos sociais e impôs excessivos laços de dependência entre o Estado e os movimentos associativos. A cultura de resistência privilegiou e privilegia a organização sobre a acção, a unidade sobre a diversidade e a selectividade dos temas de conflito sobre a sua simultaneidade. O resultado desta péssima combinação é paradoxal: a capacidade de movimento e iniciativa é inversamente proporcional à densidade da rede social de organizações; e esta, tendo uma reduzida capacidade de penetração nos segmentos mais dinâmicos da sociedade portuguesa, acaba por se auto-limitar, dando à esfera da política “pura e dura” o grosso do espaço disponível.

Tudo isto começa, entretanto, a mudar. No processo de realização do Fórum Social Português e no movimento contra a guerra, iniciou-se a mistura, a contaminação de uns pelos outros, o grande jogo das subjectividades em busca do que as pode aproximar: Nele, os comunistas estão, uma vez mais, à defesa. Não tinha nem tem que ser assim. Desde logo, porque ninguém quer excluir ninguém de um processo onde todos cabem. E depois, porque o PCP tarda em perceber que, procurando travar quando não controla, só se isola das pessoas que estão a descobrir que a política, afinal, vale a pena. Tudo isto seria uma questão menor não fossem as ondas do sectarismo alimentarem as desconfianças face aos partidos e sua sede de controlo. É por isso que as leituras sobre o “movimento dos movimentos” arrastam consigo o debate sobre o conceito de vanguarda.

Para nós, a “vanguarda” é o próprio movimento global e os parti-

dos devem ser, nele, subjectividades de “afinidade electiva”, sem pretensões de controlo. Isto implica a liberdade de opinião e voto dos militantes partidários no próprio movimento, o fim das “correias de transmissão”. Esta é a revolução cultural da humildade que se exige a quem queira estar e ser movimento, em vez de nele gravitar como corpo estranho. Ou a mudança de época o é também para cada um de nós, ou passaremos ao lado dela. O desafio aí está. Para quem o entenda em toda a sua complexidade e dele retire todas as consequências.

## REFERÊNCIAS

- GILL, S. (2000): *‘The constitution of global capitalism’*, <http://www.ciaonet.org/isa/gis01>
- HASSNER, P (2002): *“The United States: the empire of force or the force of empire?”*, Chaillot Papers, 54
- KAGAN, R. (2002): *“Power and weakness”*, Policy Review 113
- LIPSCHUTZ, R. (2002): *‘The clash of governmentalities. The fall of the UN Republic and America’s reach for imperium’*, [www.theglobalsite.ac.uk/press/212Ipschutz.htm](http://www.theglobalsite.ac.uk/press/212Ipschutz.htm)
- MCGREW, A. (1997): *The transformation of democracy? Globalization and territorial democracy*. Cambridge: Polity Press
- MEARSHEIMER, J. (1990): *“Why we will soon miss the cold war”*, The Atlantic, 266 (2)
- WALLERSTEIN, I. (2002), *“The eagle has crash landed”*, Foreign Policy, July-August

# DO ATLANTISMO AO EUROPEÍSMO DE ESQUERDA

Abril 2004

MIGUEL PORTAS E JOSÉ MANUEL PUREZA

**A memória longínqua de uma pátria eterna mas perdida  
e não sabemos se é passado ou futuro onde a perderemos**  
*(Sophia de Mello Breyner)*

Estas linhas a duas mãos, mais do que um curto ensaio, são uma narrativa de memória abreviada. Ela sustenta que a relação de Portugal com a Europa, longe de uma história de amor, é um casamento de interesse que sucedeu a um divórcio tardio e mal resolvido com as colónias. Como se um fado perseguisse esta nação que um dia se atrasou no Tempo e dele ficou refém. Até hoje.

## **Portugal entra na Europa pela direita baixa, ou seja, pelo Atlântico**

A relação do fascismo português com a construção europeia do segundo pós-guerra não foi um acto de qualquer súbita fé europeísta, ou sequer a revelação de um apurado sentido estratégico das nossas classes dirigentes. O Portugal antidemocrático que foi convidado a ser membro fundador da Nato em 1949 e que entra na defunta EFTA em 1959, é um país que joga à defesa no rescaldo de uma guerra que redesenhou o mapa-mundo sobre a morte de 20 milhões de inocentes.

Na sequência desta, o acolhimento do Portugal salazarista em instituições euro-atlânticas supostamente vocacionadas para a defesa supranacional de um código democrático foi, evidentemente, uma piada de mau gosto. Neste primeiro *rendez-vous* do ditador com a

«Europa» jogam-se, dos dois lados, finos cálculos. O contexto em que ocorre é já o da Guerra Fria. Salazar quer a cobertura dos vencedores para a manutenção do império colonial e um enquadramento internacional protector da: ordem ditatorial interna. A sua jóia para a nova arrumação mundial das forças é uma pequena metrópole anticomunista na Europa, com vastos territórios em África e uma base preciosa para o controlo do Atlântico norte, os Açores. Do outro lado, o dote interessa. Interessa o bastante para que a promessa democrática do pós-guerra seja metida na gaveta do esquecimento. O regime português é tributário dos que perderam a guerra, mas isso é um pormenor no novo contexto. Porque o verdadeiro problema era mesmo o quadro saído da II Grande Guerra.

A União Soviética emerge com um prestígio sem par. A nação que pagou o mais alto preço, que foi o palco onde a guerra virou e que em Berlim assesta o golpe final no inimigo, jamais voltaria a alcançar tal reconhecimento.

O prestígio dos comunistas na Europa devastada sobe igualmente em flecha. Em regra, eles estiveram na primeira linha das múltiplas resistências armadas à ocupação nazi e, nesse processo, «nacionalizaram-se». Ou seja, enraizaram-se entre os operários e os intelectuais dos respectivos países. Em vários países, eles conquistaram legitimidade para integrar os primeiros governos de reconstrução.

Finalmente, mas não menos importante, o rescaldo da guerra trazia a pior das notícias para as velhas ordens imperiais: o dobre de finados do colonialismo puro e duro. Uma multidão de novos países anunciava a sua firme intenção de existir.

Neste panorama, o contraponto eram os Estados Unidos da América. A sua entrada no conflito desequilibra a máquina de guerra nazi, obrigando-a ao combate simultâneo em todas as frentes. O principal, contudo, era a geografia. Não houve guerra na América do Norte. No rescaldo, os EUA surgem como a única grande nação em condições

de, simultaneamente, proteger a Europa do espectro do comunismo e financiar a sua segunda reconstrução no espaço de 25 anos.

Neste contexto, os acordos de Ialta limitaram os danos sem trancarem, *de per si*, a História. A URSS ganhava uma fronteira eslava alargada em troca do bloqueio à ascensão dos partidos comunistas ao poder político nos países da Europa ocidental. E a Europa ocidental reconstruir-se-ia na esfera de influência dos EUA. O resto, o chamado Terceiro Mundo, escrever-se-ia como tivesse que ser escrito. Mas friamente, sem que uma nova guerra global trouxesse de volta o inferno. As potências vencedoras eram, na recém-criada ONU, o garante desta nascente ordem bipolar.

Cada um vê o mundo de acordo com a cadeira onde se senta e Salazar era um ditador avisado. Também ele queria fria a política. Descortina os novos alinhamentos e tendências e, provavelmente, presente a tensão que se desenha já, indisfarçável, entre os diferentes líderes europeus, uns firmemente atlântistas, outros sonhando com uma Europa capaz de caminhar pelos seus próprios pés a partir da aliança selada entre a França e a Alemanha. Na nova ordem, Salazar prefere a velha Inglaterra, valor seguro do conservadorismo, e os EUA porque não pode deixar de ser. Ele aproxima-se da Europa pelo Atlântico, porque marítimo é, além do mais, o império que dirige. Em nada deste primeiro acto, há grama de ideia europeia. Portugal é atlântico e africano. Europeu só de empréstimo, quem se equivoca é a geografia.

### **Colonizadores e colonizados**

A tensão entre atlantistas e europeístas atravessa, já nos inícios da década de 70, a reflexão sobre aquilo a que Boaventura Sousa Santos chamou a renegociação do estatuto semiperiférico da sociedade portuguesa. Com efeito, a economia portuguesa tinha-se progressivamente aberto ao exterior. Quando em 1972, Portugal formaliza um acordo de associação com a então CEE, mais não faz do

que reconhecer essa realidade e garantir a sua projecção para o futuro.

A nossa industrialização, apesar de tardia e subsidiária, tinha incorporado no tecido industrial actividades em novos sectores (naval, mecânico e eléctrico, sobretudo) ao lado dos tradicionais «excessos de especialização» no têxtil, vestuário e calçado. Esta alteração veio de par com a consolidação de uma mão cheia, não mais, de grupos simultaneamente industriais e financeiros gozando das mais elevadas protecções do Estado. Encontramo-nos ante história económica conhecida, mas que coexistia com uma outra, bem mais antiga e não menos monopolista, que dirigia as suas atenções para as relações entre as colónias e a metrópole e para a intermediação com os grupos económicos multinacionais interessados na extracção de matérias-primas em África. Esta identidade rentista da economia portuguesa, explica muito, talvez o essencial, do atraso nacional. «Viver dos rendimentos», eis a divisa sagrada dos que, ao longo de séculos, sangraram as colónias e empobreceram o país, adiando sempre e sempre a sua industrialização.

A expansão ibérica de quinhentos teve dimensão épica bastante para ser cantada n'Os *Lusíadas* e importância suficiente para deslocar o centro de gravidade do «mundo conhecido» -do Mediterrâneo para as novas potências atlânticas. Mas no caso português tal aventura, prisioneira da contra-reforma e de um absolutismo que funcionalizou a burguesia nascente, dificilmente podia ir além de uma colonização de costa que privou a metrópole das suas mais dinâmicas energias. *De per si*, cada uma destas restrições não teria provocado a catástrofe. Mas em conjunto foram a catástrofe. No início de oitocentos, Portugal é uma metrópole que vive do ouro do Brasil e que parasita as vontades que espalhara pelos quatro continentes.

É nessa altura que assina o mais fatal dos seus destinos - o tratado de Methuen. Este documento seria utilizado mais tarde por David Ricardo em abono da tese clássica, segundo a qual as nações têm

vantagem em especializar-se nos domínios onde apresentem melhor competitividade comparada. Matematicamente, a teoria das vantagens comparativas batia certo. Na realidade, tal opção trancava por mais de 200 anos a industrialização do nosso país. Quando no século XIX, em corrida contra o tempo, exploradores portugueses atravessam África de lés a lés, colocando bandeirinhas para melhorar a posição portuguesa nas discussões do mapa cor-de-rosa, era a realidade de um país comercial, rentista, intermediário e já sem o ouro do Brasil, que se procurava enganar. Nesse mesmo período, em Moçambique, pedaços de território do tamanho de países eram entregues por períodos de décadas a sociedades inglesas mais ou menos falidas, do mesmo modo que mais tarde as riquezas minerais e petrolíferas de Angola iriam parar às mãos das companhias multinacionais. Quanto à metrópole, a sua independência face a Inglaterra há muito se tinha esfumado. Nós tínhamos o vinho do Porto, eles a transformação industrial do algodão das Índias...

A opção atlântica de Salazar não comportava, já se vê, qualquer novidade de monta - ela apenas prolongava para a segunda metade do século XX uma História de colonização e dependência que lhe era bem anterior. Salazar era, ao mesmo tempo, produto e motor de uma cultura atávica e conservadora que sempre compensara a sua pequenez de vistas com a «grandeza ultramarina».

Esta cultura, que por comodidade diremos de fundo luso-tropical, impôs a sua congénita suspeição diante dos projectos europeus iniciados com a Comunidade do carvão e do aço e, conseqüentemente, insistiu sempre num alinhamento privilegiado com os teatros euro-atlânticos, designadamente a NATO.

O acordo de associação com a CEE, esse segundo *rendez-vous* entre o país e a Europa, é ainda um empate. Mais do que dar razão aos industrialistas não dependentes do império, esse acto ilumina a grande contradição em que o país se encontrava mergulhado nas vésperas do

25 de Abril: para usar uma expressão cara a Mário Murteira, nação e império eram portadores de interesses inconciliáveis. As colónias e a guerra amarravam o país ao subdesenvolvimento crónico.

### **O socialismo português, prisioneiro do destino atlântico**

As invasões francesas trouxeram o liberalismo na ponta das baionetas e estas foram o seu único senão. Por causa daquelas, a primeira esquerda portuguesa, a do século XIX vai nascer com os olhos postos em França. Ela descobre na Revolução Francesa primeiro e na Comuna depois, os ingredientes de que o país precisa para se sintonizar com o seu tempo. Essa primeira esquerda socialista atira-se corajosamente à análise das causas do declínio da Nação. Mas, diferentemente de outras no mesmo período, será «estrangeirada». O seu diagnóstico tem pertinência e acutilância, mas nem o proletariado emergente, nem a República burguesa o terão em devida conta.

A República será radicalmente laica, mais antioperária que democrática e imperial sem reservas. A sua visão do mundo é atlântica como atlântica será a oposição liberal à ditadura. A sua preocupação com as colónias é «desenvolvimentista». Carregada de boas intenções, deseja criar as condições sociais e educativas que «preparem» as populações africanas para uma comunidade multinacional democrática. Nada de substancialmente distinto do que António Spínola procurou ensaiar na Guiné e em seguida verteu para livro nas vésperas da revolução e que, em desespero, procurou ainda impor nos idos de 74.

A Europa como «farol» do país (re)emerge tardiamente, em resultado da imigração social e política da década de sessenta. Mas o renascimento do socialismo português, atraído pelo contrato social europeu é, ao mesmo tempo, filho do velho liberalismo e de um mundo bipolar. O seu europeísmo é limitado pela primeira dependência, a liberal, que recomendava prudência na abordagem da questão

colonial, não fosse ela diminuir as pontes com sectores descontentes internos ao regime; e a segunda limitação, a da ordem das coisas, a *realpolitik*, chegava à mesma consequência por outro caminho: uma verdadeira descolonização levantava o pavor de uma alteração no equilíbrio entre os dois blocos, favorável à URSS. Pelas piores razões - que se reflectiriam mais tarde no processo de descolonização - o socialismo português de 60, mais do que europeísta, será euroatlântico. Ainda hoje assim o é em larga medida.

O modo como a revolução se desenvolveu não ajudou a desfazer o equívoco, bem pelo contrário. É evidente que os governos do ocidente europeu olhavam para o país com pelo menos tanta preocupação como a administração norte-americana. E as suas chancelarias fizeram o que puderam para influenciar o curso dos acontecimentos. Mas quem, de fora, verdadeiramente contava era Frank Carlucci.

No combate à radicalização socialista da revolução, o PS decide liderar toda a oposição. Não há lugar para subtilezas e a CEE é então uma subtileza. Todo o sentido político da confrontação se fixa na defesa de uma democracia à ocidental e num posicionamento ocidental. O PS fazia a ponte da sua vida com as antigas classes dirigentes, as que sempre se deram bem com a ditadura, e o suporte dessa aliança era simplesmente o ocidente, não o alinhamento europeu. O seguro de vida dos apavorados não era a CEE, mas a Nato. No contexto preciso dos enfrentamentos de 75, o valor de mercado da social-democracia à europeia não estava em alta. Pelo menos estava longe de se poder afirmar como força propulsora de um país convulso e finalmente sem império. Para a esquerda revolucionária era de menos; para a direita do antigamente era de mais.

Quando, 10 anos mais tarde, Portugal adere finalmente à CEE, naquela que é seguramente a sua mais importante escolha desde Abril de 74, as suas razões têm ainda uma matriz predominantemente anticomunista. O pedido de adesão, formalizado em 1977, foi um

acto de «guerra fria» e não uma paixão de recente descoberta. Ele destinava-se a, definitivamente, encontrar a inserção externa que travasse uma configuração revolucionária do Estado, quando as forças internas não ofereciam garantias absolutas de serem suficientes, ou suficientemente convictas, para isso.

Os pais da nossa adesão à Comunidade Europeia nunca o esconderam: quando se brande, em finais de setenta, a célebre «Europa connosco», era ainda a esse arregimentar de forças que se apelava, mais do que a um projecto político para debater democrática e serenamente.

Talvez Portugal tenha experimentado tardiamente o segredo de Monnet, Schuman e outros antecipadores da integração europeia: que as grandes escolhas estratégicas não se anunciam, antes se edificam através de actos norteados por ambição limitada, que acabam por transbordar nos efeitos pretendidos, atingindo proporções à época impensáveis. Talvez. Talvez neste caso, o bloco restauracionista tenha escrito direito por linhas tortas.

Este terceiro *rendez-vous* é, finalmente, o decisivo. Tem a carga simbólica de um casamento. Não o casamento acto de fé ou de resgate amoroso, mas um contrato de oportunidade. Nele convergem, simultaneamente, o enterro das veleidades revolucionárias, a esperteza de séculos de uma economia de rendimento e, vagamente, dois desenhos de Europa que se tornarão mais nítidos após a queda do muro de Berlim — uma, euro-atlântica; e outra que procura emancipar-se da tutela dos EUA. Mas não nos antecipemos, que outra digressão se impõe antes desta.

### **As raízes do nacionalismo de esquerda**

Ainda hoje muitas pessoas se interrogam como conseguiu o mais «pró-soviético» dos partidos comunistas — o português — sobreviver ao fim da União Soviética e, comparativamente, resistir à erosão melhor do que a maioria dos seus congéneres europeus.

Basta olhar em redor: o maior partido comunista europeu, o italiano, cindiu-se. A maioria deu origem a um partido socialista e a minoria que hoje reclama o património histórico do antigo PCI é, na realidade, uma formação pós-comunista atípica, com vasta influência nos novos movimentos sociais, mas escasso peso eleitoral. Em França, o segundo grande partido comunista do ocidente europeu encontra-se à beira do esvaimento eleitoral depois de ter perdido a hegemonia sobre o movimento sindical e associativo; em Espanha o quadro não é mais promissor. O PCE animou uma nova formação, a Izquierda Unida, que voltou a cair para níveis críticos, próximos dos da sobrevivência eleitoral em marco parlamentar depois de perder, também ele, a hegemonia de que gozava nas *comisiones obreras*. E sobra a Grécia, onde dois partidos disputam há muito um espaço de influência que lentamente se vem reduzindo. Se existisse ainda uma Internacional Comunista, o PCP poderia apresentar uma invejável *performance* comparada.

A explicação mais comum para esta assinalável capacidade de sobrevivência é a que radica a resposta no atraso do país. Evidente, trata-se de uma leitura de indisfarçável julgamento implícito. Ela sustenta que o desaparecimento do PCP está escrito nos astros e que será consequência inevitável da superação do nosso subdesenvolvimento. É uma convicção que assenta em dois pressupostos mais do que discutíveis: um, que os homens não contam e que, portanto, o PCP é imutável; e dois, que Portugal, entrado na senda do «progresso», jamais se afastaria desse destino...

E contudo, por outros caminhos, a resposta contém mais verdade do que à primeira vista se poderia supor. O PCP sobreviveu ao descalabro do Leste porque nas décadas de 40 e 50 se construiu como partido nacional da resistência à ditadura. Paradoxalmente, o seu isolamento internacional, mais acentuado ainda do que o do próprio país, foi a garantia de uma identidade simultaneamente nacional e

internacionalista (esta de acordo com o mundo bipolar que então se desenhava). Decididamente, era mais fácil ser-se pró-soviético longe do «sol da terra» do que sendo-se seu vizinho. Quando metade do mundo começa a desabar, há 20 anos, o PCP tinha ainda reservas de identidade e características de funcionamento a que, diferentemente de outros, pôde recorrer. A sua cultura de resistência, se não impediu a emergência de uma crise prolongada, poupou-o à implosão ou à aventura, indesejada pelos seus dirigentes, de uma refundação.

Esta digressão impunha-se, porque é ela que permite compreender porque passou grande parte da esquerda portuguesa à margem desse «intruso» chamado Europa. E porque é que o seu marco de reflexão estratégica foi sempre mais atlântico do que europeu.

Só em meados da década de 50, no congresso do «desvio de direita», o PCP chega a uma conclusão anticolonial clara, explicitamente favorável à «independência dos povos das colónias». Foi uma posição tardia, explicável quer pelo isolamento de uma clandestinidade inteiramente construída no interior do país até ao fim da guerra, quer pela estratégia de aliança com os sectores moderados. Mas convém referir que este é, também, o primeiro dos congressos claramente sintonizado com Moscovo. A definição anticolonial era, também por isso, inadiável - dezenas de países conquistavam a independência e o Mundo encontrava-se, então, a dois anos da fundação do movimento dos «não alinhados»... Por outro lado, à decisão também não é estranho o facto de nas universidades portuguesas estudarem as elites africanas do colonialismo que viriam a fundar os movimentos de libertação. Muitos deles eram próximos do PCP e frequentavam os círculos da oposição.

Relevante é que este passo obrigou o PCP a imaginar o país sem império, sob pena de entregar a Salazar o monopólio da própria ideia de Nação. A esta tarefa se dedicou Álvaro Cunhal que em 1964 publica o seu texto fundamental, *Rumo à Vitória*. Não por acaso, o livro inicia-

se pela tentativa de demonstrar a mais difícil e necessária das teses — que Portugal sem colónias não seria «um país pobre». O Portugal do dirigente histórico dos comunistas portugueses é, por isso, como a sua revolução — democrático e auto-suficiente, autocentrado.

Diversamente dos seus congéneres italianos, que desde cedo concebem o processo de transformação social em marco assumidamente europeu — esse o sentido profundo do chamado «compromisso histórico» — o PCP sustenta a revolução como levantamento e renascimento nacionais. Não apenas os socialistas, mas também os comunistas são um reflexo da geografia: a que fazia de Portugal o país mais periférico e isolado do continente europeu; e a que dividia o mundo em dois blocos, um a ocidente, outro a oriente. Longe do horizonte onde os céus cantavam, próxima, demasiadamente próxima do arqui-inimigo imperialista, e receosa do vizinho terrestre, a Espanha, a revolução portuguesa, na cabeça dos comunistas portugueses, só podia sair nacional.

E saiu mesmo: democrática e nacional.

Desde logo foi revolução e não uma transição pacífica controlada pelas classes dirigentes, como em Espanha. Terá razão José Saramago quando um dia escreveu que o resultado acabou por ser

o mesmo, mas à época a diferença fazia toda a diferença. E se foi revolução — e não transição — foi porque o país se debatia com uma guerra colonial.

Depois, foi nacional. É verdade que não foram apenas Portugal e a Espanha que viram, em 1974 e 1975, a queda das suas ditaduras. Foi também a Grécia. E o Irão de Reza Palhevi. E a Guiné e Cabo Verde, Angola e Moçambique. Depois dos acordos de Paris, que consagraram a vitória do Vietname sobre a máquina de guerra norte-americana e depois do «empate técnico» entre Israel e os países árabes nas confrontações militares de 1973, a História desses idos de 74 e 75 soprava contra o imperialismo. Mas este contexto em nada tocou o

dado essencial que para o efeito desta narrativa conta: a Europa não fazia parte do filme que corria aceleradamente em Portugal. O palco da revolução portuguesa era o país, e os seus bastidores o Atlântico.

Os primeiros enfrentamentos entre os militares progressistas e o bloco conservador de António Spínola com a cobertura de Mário Soares (hoje injustamente acusado pela direita mais reaccionária de ser o grande responsável pela descolonização) é a questão da independência das colónias. O bloco progressista, antes de saber para onde poderia ir, queria libertar-se do império. O Atlântico dominava assim os termos do primeiro conflito. Como pairou, como uma sombra, sobre o segundo, em torno da transformação socialista da revolução democrática.

O segundo embate é substancialmente mais complexo do que o primeiro e não cabe nestas linhas a sua discussão. Mas não erraremos, se dissermos que a inserção internacional de um Portugal confinado ao seu território original, não se encontrava entre os factores que determinaram, na esquerda de *vontade* socialista, fracturas irreparáveis.

Os militares dos nove, em particular Melo Antunes, desejavam um país de relacionamento internacional alargado, privilegiando as relações com o Terceiro Mundo e, em particular, com as antigas colónias. As áreas de esquerda socialista que gravitavam em redor do grupo de Jorge Sampaio alinhavam nessa visão e a janela que abriam para a Europa era a do Mediterrâneo, tomado pelo que efectivamente é -uma ponte entre o Norte e o Sul do planeta. Também Álvaro Cunhal defendia uma política multilateral «não alinhada». O seu realismo não o fazia sonhar com um país satelitizado pela URSS. No extremo mais ocidental da Europa, não havia como, mesmo que o pudesse desejar. Finalmente, a extrema-esquerda tinha, neste preciso domínio, muito pouco para dizer — a mais conselheira era «terceiro-mundista», o maoísmo oscilava na táctica em função do modo como

cada grupo valorizava os «dois imperialismos» e o trostkismo - a única corrente assumidamente europeísta e iberista — contava muito pouco nas escolhas que se faziam.

A predominância de uma identidade de tipo nacional nas esquerdas transformadoras tem a sua prova dos nove durante os meses do último governo à esquerda que Portugal teve — o de Maria de Lurdes Pintasilgo. Então, o modelo económico que se discute é o de um desenvolvimento autocentrado, onde o motor é o mercado interno e não o sector exportador. E por esta mesma onda navega o PCP, então já refeito do fim da revolução e no auge da sua influência eleitoral.

Decididamente, quando Portugal concretiza a sua adesão à então CEE, ela entra na casa das várias esquerdas socialistas como as novelas brasileiras: sem pedir licença. Aconteceu e ninguém estava preparado.

### **A miragem luso-tropicalista, uma ideologia do destino**

Neste momento, estamos em condições de poder formular a primeira hipótese desta narrativa: tanto à esquerda como à direita, o apelo do Atlântico foi, até aos anos 80 — em versão nostálgica e obediente ou na sua variante internacionalista — mais forte do que a vontade de ruptura com a especificidade do nosso modo de sermos semiperiféricos, herdado do colonialismo. Se há pouco tomámos de empréstimo a Gilberto Freire o conceito de «luso-tropicalismo» é porque na nossa opção atlântica há uma dimensão africana que, mesmo inconscientemente, faz apelo a uma autopresumida capacidade lusa para entender o «outro» e com ele se misturar, que distinguiria o nosso colonialismo dos restantes.

Durante cinco séculos, nunca foi bem assim. Mas é facto que as colónias marcaram e de que maneira a nossa existência colectiva. Tanto ou tão pouco que a partir das últimas décadas do século XIX, Portugal é um país simultaneamente colonizador e colonizado. Em consequência, as práticas sociais, a cultura e a ideologia consolidadas

ao longo de cinco séculos eram demasiado fortes para se poderem esfumar subitamente — tão subitamente como ocorreu o fim da intermediação de tipo colonial.

O vazio aberto em 1975 pela descolonização levou a uma busca de alternativas onde, à esquerda e à direita, todos evitaram que se colocasse num quadro radical. O modo como o luso-tropicalismo sobreviveu à descolonização representou, paradoxalmente, o adiamento de uma ruptura clara com o histórico alinhamento atlântico de Portugal.

Chamemos-lhe, porque a questão não está arrumada ainda hoje, a *ideologia do destino*. Grosso modo, ela foi construída com referência a um nicho de especialização do país - sob as mais variadas formas: empresarial, militar, militante ou técnico-científica - que se alimenta da continuidade de uma «relação privilegiada» com as ex-colónias. Nesse sentido, a retórica da «lusofonia» arrisca-se hoje a ser uma revivescência da ideologia do destino, uma espécie de francofonia ou *commonwealth* sem poder, que se auto-apresenta, mesmo que inconfessadamente, como um paternalismo, ou seja, um colonialismo benigno *après la lettre*.

Neste sentido, há algo de perversamente comum entre o sonho federador de Spínola e alguns dos desenhos pós-coloniais anunciados, à esquerda, como possíveis alternativas à integração na comunidade europeia. Portugal é um país pequeno, mas a sua História pesa que se farta.

### **E a opção europeia como ideologia da modernização**

Na realidade, Portugal não tinha alternativa. Por uma vez, o bloco central da restauração capitalista pós-revolucionária era certo na escolha. A miragem de um desenvolvimento autocentrado assente em relações preferenciais com as antigas colónias, só era concebível transitoriamente num contexto de convulsão da ordem mundial e

européia, o que manifestamente não era o caso na reaccionária década de 80. De outro modo, mesmo um Portugal empenhado numa via não capitalista de desenvolvimento, estaria condenado a prolongar um modelo de acumulação assente na velha e persistente intermediação da troca desigual entre os produtores de matérias-primas e os seus utilizadores.

### **Portanto, a Europa.**

Socialistas e sociais-democratas negociam a adesão, que se consuma em 1985. Uma mão cheia de expectativas envolve a maioria da sociedade portuguesa. A Europa significa dinheiro, fundos, mas também uma vasta gama de desejos. As esperanças são tanto maiores quanto o país está cansado de sucessivos governos de bloco central e de uma inflação galopante.

Encontram-se assim reunidas todas as condições para a emergência de uma nova ideologia, a da *modernização*. Ela construir-se-á sobre uma miragem, a possibilidade de aproximação rápida de Portugal aos países centrais da Europa o que, em jargão eurocrata, se definiria por uma promessa de «convergência real». A declinação deste «desígnio nacional» é múltipla e todos os sonhos, dos mais modestos aos mais ambiciosos, lá cabem: da melhoria das condições materiais de vida à transformação da apatia cívica em activismo de direitos; do fim da opacidade e do carácter labiríntico da administração à transparência dos mecanismos reguladores da economia; do fim da selvajaria na restauração dos antigos privilégios ao estabelecimento de formas tipicamente «welfare» de relação salarial tudo é lícito esperar. Neste desejo difuso de colocar para trás das costas as dificuldades, o que se joga na promessa europeia é também a superação definitiva de um ruralismo ainda mal habituado a ver-se cidade, urbano, cosmopolita, moderno.

O momento máximo desta identificação de Portugal com a Europa

foi, sem margens para dúvidas, a Expo e o seu Parque das Nações. No imaginário colectivo, Portugal foi, pela primeira vez, «capaz-de-fazer-tão-bem-como-os-melhores». Ali não existia o que mais tarde se revelaria — Castelo de Paiva — mas asseio e tecnologia; não morava o Portugal dos Pequeninos, mas o Oceanário e o Pavilhão do Conhecimento; e até o vetusto e centenário Coliseu cedia o seu lugar ao mega Pavilhão Atlântico. Aquilo sim, era Portugal na Europa. Ou esta por cá. Ali estava, antecipado, o país dos desejos moderno, funcional e culto.

No dia seguinte começava a trajectória descendente. Desde esse pico de fama que a força propulsora do famigerado desígnio se vem dramaticamente esvaindo. Até hoje. As linhas que se seguem são por isso uma tentativa de explicação. De uma primeira explicação, não exaustiva e seguramente equivocada aqui ou ali.

### **O «pugnesso» ou a apropriação conservadora da miragem**

Apesar de difusos e plurais, os desejos espelhados na adesão teriam que se confrontar com uma Europa concreta. E essa era a Europa que virava à direita, assolada pela primeira vaga de governos neoliberais. Era ainda uma Europa de crescimento moderado, mas onde as forças conservadoras faziam o primeiro ensaio de assalto ao Contrato Social que garantira, durante décadas, a partilha dos benefícios, mesmo que não equitativa, entre capital e trabalho.

Os que negociaram a adesão não souberam nem quiseram ser os rostos de uma crítica consistente a uma Europa que encostava o seu projecto a um mercado e moeda únicas, relegando as dimensões sociais da convergência para as políticas de cada Estado nacional. Eles queriam acima de tudo entrar, fosse como fosse. Um dia se fará a história dessa negociação e como foram ou deixaram de ser protegidos os elos fracos da nossa economia.

Mas tão ou mais importante do que as condições de acesso, foi a

sequência, o posicionamento negocial de Portugal, a sua influência nas instâncias de decisão técnica e política e o que fez das oportunidades criadas. Basicamente, valem zero em política e fomos o máximo na captação de fundos. O casamento era de interesse e não de paixão.

É aqui que entra a tenaz - a direita governava na Europa e também em Portugal. Não tanto a direita político-partidária, mas a cultura conservadora e restauracionista aliada ao novo-riquismo de quem se sente, repentinamente, com muito dinheiro para fazer muita coisa. O chamado «arco europeu» revelar-se-ia, independentemente dos governos serem cavaquistas ou guterristas, uma verdadeira bolsa comum de interesses pouco confessáveis.

Este bloco social e cultural impôs a Portugal uma modernização conservadora — na economia, na legislação ou nos costumes, essa modernização permitida pelos fundos europeus dissociou-se progressivamente da retórica da imaginação; quando da Europa se poderia esperar um impulso ao Estado de bem-estar, foi à Europa que se foi buscar legitimação para a miniaturização do Estado social na segurança social, no ensino ou na saúde; quando da Europa seria razoável esperar um reforço das garantias sociais e o respaldo a uma relação pactuada entre capital e trabalho, foi à Europa que se foi buscar a flexibilização das relações laborais e sociais; quando da Europa se admitiria um influxo de cosmopolitismo nos códigos civilizacionais, foi a ela que o conservadorismo nacional foi buscar argumentário para tentar travar a transformação do quotidiano em matéria de hábitos e horizontes.

No coração desta apropriação conservadora estiveram sempre os fundos europeus. A Europa significou e significa ainda dinheiro, muito dinheiro. Hoje, aliás, para a esmagadora maioria dos portugueses, a Europa é dinheiro e ponto. «Sacá-lo» transformou-se numa especialidade nacional, no único domínio onde o Estado português se apresenta efectivamente como máquina sem falha.

E de facto, no curto espaço de 15 anos, o investimento em infra-estruturas, particularmente as rodoviárias, mudará radicalmente a paisagem do país. Nesta mudança de paisagem existe uma dimensão, nada negligenciável, de obra necessária. Com efeito, o nosso ponto de partida era, na década de 80, o de um país que ainda não se encontrava inteiramente electrificado e onde o saneamento básico constituía uma das principais rubricas de investimento municipal. Mas, feita esta ressalva, o que o novo ouro do Brasil permitiu foi que betão, alcatrão e Europa passassem a ser distintas declinações de uma mesma realidade — o Portugal dito moderno.

Uma certa ideia de progresso, o «pugueso», como diz um nosso comum amigo, fez o seu caminho. O país, embasbacado, acreditou na mudança da paisagem. Só mais tarde se aperceberá que por detrás do novo cenário, a fragilidade ancestral de um modelo de desenvolvimento avesso à criação de riqueza produtiva prosseguia, impávido e sereno. Prosseguia, até e principalmente, a cavalo das mil obras encomendadas por autarcas e ministros em benefício dos grandes ganhadores deste período - o sector financeiro, a construção civil e o turismo.

Passados quase 20 anos sobre a adesão, é impressionante o fosso entre o poder de financiamento da União e o que realmente mudou em Portugal, para lá das aparências. Podem e devem discutir-se os montantes que a União destina ao financiamento de projectos, nomeadamente nos países periféricos. Mas esse debate não elimina outro, o da aplicação do que captámos - onde se gastou, em que se gastou e quem beneficiou. Quando hoje é a própria União Europeia que lança o recado a Lisboa, dizendo-lhe que gastou demais em infra-estruturas, há algo de injusto por detrás da verdade - porque os programas e os critérios de selecção de projectos da burocracia de Bruxelas eram os primeiros a induzir nessa direcção. Mas também é certo que a preocupação de Lisboa sempre foi a de aproveitar as

circunstâncias tal e qual elas se apresentavam, mais do que procurar influenciar e alterar as práticas das instâncias comunitárias.

Sem contar com os fundos da Política Agrícola Comum, entre 1989 e 2006, num movimento sempre ascendente, a União co-financiou ou está a financiar projectos com incentivos na ordem dos 40 mil milhões de euros. Para se ter uma ideia do que isto significa, hoje 80 por cento dos investimentos do Estado (o PIDDAC) estão associados a projectos comparticipados pela União. Ou dito de outro modo: o Estado deixou de investir no que não tenha financiamento comunitário...

E onde investe? A maior rubrica continua a ser a das infra-estruturas rodoviárias. Educação, Ciência, Cultura e sociedade da informação representam menos de 1/6 do que se aplica em betão e alcatrão. E neste «imaterial» ainda é possível descortinar muito betão: tanto ou tão pouco, que hoje não existe cidade média do país que não esteja culturalmente sobre-equipada... embora com os espaços às moscas porque falta o dinheiro para alimentar o que efectivamente conta: a criatividade humana.

O que se disse para os sectores estratégicos acima referidos, aplica-se, *mutatis mutandis*, ao que a União chama de «apoio ao emprego» e que no essencial é formação profissional. Ela vale apenas 1/5 da rubrica que nos está a servir de referência, mas esse não é o principal problema. Porque com os montantes que têm sido afectados a esta política, o que não falta é formação e jovens saltando alegremente de curso em curso. Falta, isso sim, a formação que interessa, a que incide sobre os trabalhadores activos. Falta, isso sim, a formação em íntima conexão com as empresas - a formação dos trabalhadores que a conjugação entre crise e neoliberalismo vem descartando.

Finalmente, o último quadro de apoio, para o período 2000/2006 assinala um aumento significativo do peso dos chamados incentivos às empresas, que chegam quase a 40 por cento do montante afecto às infra-estruturas de transportes. Em si mesma, esta opção não é

questionável. Por muito que a conversa liberal fale da transparência dos mercados e das virtudes da concorrência, toda a gente sabe que dificilmente se mudará o perfil produtivo do país sem apoios públicos. O que não se percebe é o resto, ou seja, a selecção, o controlo e a avaliação: porque continuam a existir deslocalizações e falências entre empresas que tiveram apoios e tal não é exemplarmente penalizável? Porque é que, apesar dos apoios, os mecanismos de destruição continuam a suplantar os de criação de novas empresas produtivas? E porque continua a renovação a predominar sobre a inovação e o investimento material sobre o imaterial... Estas interrogações situam, mesmo em marco capitalista, a questão de fundo de que esta narrativa se ocupa: a persistência, agora na Europa, das três especialidades seculares da nossa burguesia durante a era colonial — a sua apetência por rendimentos «extra», agora sob a forma de fundos; uma desalmada vertigem na aplicação novo-rica dos excedentes, sejam eles os da exploração ou os da intermediação; e uma alarve dependência do Estado, contra quem clama mas de quem exige o «serviço público» aos interesses privados.

Na Europa somos rigorosamente fiéis à cultura adquirida em séculos de atlantismo - eis o problema nacional e a raiz da nossa questão identitária actual. Procedimento e substância andam, de facto, ligados. Todo o processo contínuo de ajustamento social, económico e político foi monopolizado pelo Estado. Em nome da defesa do interesse nacional, o Estado reservou para si a tarefa de conduzir a trajectória da inserção portuguesa na arena comunitária. Nessa atribuição, ele conformou a sociedade civil. A informação privilegiada, a escolha discricionária de parceiros para projectos, a cooptação de organizações representativas de sectores económicos e sociais, o financiamento selectivo de movimentos e entidades através do monopólio da administração dos fundos, eis os principais mecanismos de gestão dinâmica da burguesia pelo Estado. Onde são fracas as classes só pode ser forte a fraqueza do poder.

É verdade que a capacidade de atracção inicial do projecto europeu impôs indiscutivelmente uma autocentragem e obrigou o país a ver-se ao espelho não apenas nas suas glórias como nas pequenas misérias. Isso não acontecia desde o fim da revolução. Tal exame trouxe uma melhor e mais vasta percepção dos nossos atrasos. Mas a questão nodal da construção de uma identidade nacional pós-colonial, essa não pôde ser resolvida através da construção de uma realidade imaginada em que Portugal aparecia transformado em «país-europeu-como-os-outros». Porque a «realidade real» impôs a comparação e dita ainda a sua lei.

A fragilidade da promessa tornou-se ainda mais evidente ante a ausência de um discurso de Estado que veiculasse o novo «desígnio» como uma efectiva alternativa ao velho perfil da intermediação colonial. Ninguém teve coragem para tanto. No momento em que o dinheiro começava a jorrar, não era fácil sugerir a ida colectiva ao psiquiatra. Bem mais simples era emitir o sinal que o povo queria ouvir — comprem, comprem e endividem-se, que a Europa é uma estrada de sucesso garantido e eterno.

Esta imaginação-promessa de meados de 80 só podia entrar em trajectória descendente aos primeiros sinais de dificuldade. Na viragem de 80 para 90, ela anima ainda o imaginário das classes médias e das elites políticas. Cavaco Silva e a sua metáfora do «bom aluno» foram a expressão mais avançada e ao mesmo tempo mais contraditória desse período áureo. Mas em seguida, o entusiasmo transmuta-se. Primeiro em resistência — o «oásis» contra a crise que grassava lá fora...; logo a seguir em distensão desapontada no consulado de Guterres; e agora, sob o impacto da crise, em descrença generalizada.

### **Nota final em registo provisório**

Aqui chegados, outra narrativa se imporia antes de qualquer conclusão: a que nos conduziria pelos caminhos da construção de uma identidade europeia... e a uma excessiva dimensão deste texto. Por

isso, apenas duas notas finais, com base em acontecimentos recentes:

A primeira incide na polémica em redor da inclusão, ou não, de uma referência à «tradição cristã» no preâmbulo ao Tratado que institui uma Constituição para a União Europeia. É um debate obviamente marginal em relação às matérias duras em discussão. Contudo, o seu interesse extravasa a mera vontade política dos círculos mais conservadores de inventarem uma «exigência» que justifique a sua passagem de um «eurocepticismo» congénito a uma «euroacomodação» realista. Tal «exigência», porque se reveste de natureza identitária, acaba por colocar, embora involuntariamente, o dedo na ferida: não são só os países que têm diferentes graus e tipos de identificação com a União. É esta que, enquanto construção política, se apresenta com extraordinário défice de identidade. A União é um «proto-Estado» sem nação e porque se quer Estado, precisa de se inventar como nação.

Assim, a existência, ou não, de uma referência à tradição cristã acaba por se configurar como uma «polémica bizantina». Expliquemos, para que não sobre sombra de pecado: desde fins do século IV, época em que o cristianismo é proclamado religião oficial do império romano, até ao cisma do século XII entre católicos e ortodoxos, todo o mediterrâneo é atravessado por intensos debates em redor da natureza de Cristo — se humana ou divina e se ambas em simultâneo ou separadamente. A derradeira polémica, a mais «bizantina», incidia precisamente sobre a admissibilidade de no rito se poder usar a expressão «filho de Deus». Ou aplicar a Maria o qualificativo de «mãe de Deus».

Esta polémica só na aparência era teológica. Numa era de intensa religiosidade popular, inevitável era exprimir em linguagem temporal a áspera e profana resistência das cidades-Estado da costa mediterrânica, com Alexandria e Antioquia à cabeça, face à vontade centralizadora de Constantinopla, a nova Roma.

Tal como então, a polémica em redor do preâmbulo tem muito

pouco de ideológica e muitíssimo de jogo de forças. É uma das dimensões em que os sectores mais conservadores da União dirimem o posicionamento mais ou menos atlantista da União. Os que sustentam tal inclusão dirigem-na contra o eixo Paris/Berlim porque pensam a Europa em termos de Atlântico. Este confronto, que a recente invasão do Iraque revelou em toda a sua dramaticidade é ainda uma partida em aberto. Ela tem tudo a ver com a narrativa deste texto: não é por acaso que o governo português sustentou na União a posição conservadora. Neste gesto, conservadorismo e atlantismo afirmam-se como o que efectivamente são: sinónimos.

A segunda observação respeita à polémica do véu em França. O problema não era o uso do véu integral, fronteira de bilhete de identidade em qualquer sala de aulas. Nem sequer a defesa, necessária, da laicidade do Estado e do espaço público. E muito menos a visão reaccionária de que os «europeus» têm uma civilização a que os que vêm de fora se devem acomodar — teoria igualmente em voga na direita laica e nos meios muçulmanos moderados. Estava e está, isso sim, em jogo o modo multicultural de conceber a identidade nas sociedades complexas. E, explicitamente, de como abordar as questões da imigração e da integração numa perspectiva de direitos e na era do choque, não entre civilizações, mas entre fundamentalismos.

Por aqui, pela discussão da Europa como espaço civilizacional de direitos e múltiplas identidades, passa a reconfiguração de uma identidade europeia autónoma do novo Império. Essa é a discussão que interessa à esquerda portuguesa. Uma nova Europa, a da cidadania activa em luta pela Paz, nasceu nas movimentações contra a invasão do Iraque. É ela que reclama esse europeísmo de esquerda. Para nós, ele representa uma ruptura refundacional com o atlantismo - quer em Portugal, quer na Europa. Cremos ser esse o caminho que vale a pena trilhar.

# VINTE ANOS DEPOIS DA ADESÃO: UMA NOVA EXIGÊNCIA PARA A EUROPA

Dezembro 2005

MIGUEL PORTAS E FRANCISCO LOUÇÃ

## **1. Vinte anos.**

Completam-se hoje 20 anos sobre a adesão de Portugal à então Comunidade Económica Europeia. A adesão foi a decisão política mais importante que se tomou no país depois da revolução dos cravos. Esta mudou o nosso século XX. Aquela marcou decisivamente o modelo de desenvolvimento económico e social, e o modo como vivemos no mundo.

Vinte anos depois, exige-se um balanço exigente do nosso processo de integração. Um balanço que interroge, por um lado, o uso dos fundos comunitários; e, por outro lado, a estratégia que os governos seguiram nas instituições comunitárias. Um balanço que nos faça reflectir sobre as exigências necessárias para a Europa dos nossos dias.

## **2. A paisagem e os atrasos.**

Se a adesão à CEE se revelou uma decisão de longo alcance, ela ficou, contudo, muito aquém das expectativas que suscitou. Com efeito, as transformações decorrentes da adesão foram mais superficiais do que profundas. A diferença entre a promessa europeia e as realidades do país, responsabiliza o modo como as elites nacionais e o Estado português conduziram o processo de integração.

Os fundos comunitários permitiram concluir um conjunto vasto de obras indispensáveis - nos domínios do saneamento básico, do tratamento de resíduos, e dos equipamentos colectivos. Mas os investimentos mais relevantes fizeram-se na renovação da

rede rodoviária e em inúmeras obras de fachada e de regime, que alimentaram vaidades, o sistema bancário e a construção civil.

Ao invés, o balanço é crítico no que respeita aos factores decisivos para a qualificação das populações e a capacidade de renovar o tecido económico português: o ensino, a formação profissional ao longo da vida e o investimento em investigação e desenvolvimento.

### **3. O ouro do Brasil.**

Hoje muitos reconhecem que os fundos comunitários representaram, em grande medida, uma oportunidade perdida. O modo como Portugal os utilizou não impediu a fuga dos campos em direcção às cidades e ao litoral. Não salvou o antiquado tecido industrial do país. Não alterou qualitativamente os níveis de qualificação das pessoas, condição do progresso sustentado dos salários e das condições de vida. Perniciosamente, os fundos comunitários transformaram-se no principal critério para as decisões políticas de investimento público: 80 por cento do PIDACC tem participação europeia!

Vinte anos depois, é indispensável responsabilizar quem decidiu deste modo. Quem deu prioridade às redes de auto-estradas e não à renovação e modernização do transporte ferroviário; quem investiu no tratamento de lixos, mas foi incapaz de promover as energias renováveis num país de sol; quem plantou centros culturais pelas cidades deste país, mas não destina meios para fazer deles verdadeiros centros de criatividade; quem renovou centros históricos, mas continuou a construir bairros sociais para expulsar populações para as periferias das cidades. Esta é a avaliação de um modelo de modernização conservador, consumista e novo-rico, que fez dos fundos comunitários a varinha mágica de uma ilusão que adiou o que era mais urgente e decisivo para o nosso futuro colectivo.

O Estado e as elites repetiram, durante estes anos, os mesmíssimos erros que já haviam cometido no período do ouro do Brasil.

Para os interesses financeiros, a Europa significou a abertura de novos mercados à iniciativa privada; mas para os trabalhadores, a promessa de salários e qualificação europeus e a garantia de vida digna na terceira idade, continua por cumprir.

Para os jovens e para as mulheres, a expectativa era de maior abertura nos costumes e mobilidade acrescida. Também esta promessa continua, para muitas e muitos, adiada. Aumentou a oferta de bens de consumo e as montras encheram-se. Mas nem por isso ficámos mais modernos. Portugal ainda hoje é um dos 4 países onde o aborto constitui crime na Europa e o único onde se julgam as mulheres com base na lei criminal. Quanto à mobilidade em território europeu, ela confronta-se com a crise de emprego que resulta de uma política que tem tido como objectivo principal o controlo da inflação, e não o desenvolvimento sustentável.

Também os pobres esperavam, mais que legitimamente, a melhoria das suas condições de vida. Mas o balanço entre os sonhos de dignidade dos mais fracos entre os fracos, e a realidade, é crítica. O desemprego aumenta de modo consistente desde a viragem do século. E dezenas de milhar de portugueses por ano voltam a sair do país para procurar lá fora, em condições terríveis, o que cá dentro lhes é negado: trabalho.

A verdade destes 20 anos é que as concretizações no domínio das redes de infraestruturas e do crescimento da sociedade de consumo, não tiveram equivalente na melhoria das condições de vida devidas a grande parte da população.

#### **4. Ordem para consumir**

Mais do que à Europa, o balanço sobre o aproveitamento dos fundos comunitários responsabiliza os governos e as políticas seguidas desde 1986. Durante os primeiros 15 anos de adesão, sucessivos governos disseram aos portugueses que os salários continuariam “moderados”,

mas que as famílias os poderiam compensar recorrendo a um crédito generoso, já que a Europa era uma estrada de sucesso garantido. O resultado desta política irresponsável, iniciada no consulado de Cavaco Silva e prosseguida nos governos de António Guterres, foi o endividamento, para lá de toda a razoabilidade, de grande parte das famílias portuguesas – chega este ano a 118% do seu rendimento disponível!

O aumento dos níveis de consumo privado da década de 90 respondeu a um indiscutível atraso das famílias em matéria de comodidades. Mas a opção pelo seu financiamento através de empréstimos bancários foi uma escolha social e política desastrosa. O Estado deveria ter priorizado os investimentos nos bens de consumo colectivo e na qualidade dos serviços que aumentavam as qualificações e o salário indirecto. A alternativa existia: uma política intensiva de renovação dos sistemas educativos, de formação nas empresas e consequente certificação, e de apoio à investigação aplicada, teria exercido sobre a estrutura empresarial do país uma pressão para a mudança, compatível com o aumento sustentado dos níveis de salários, sem os quais o país nunca mudará o seu padrão de especialização “terceiro-mundista”.

O problema principal do país é o desemprego. Mas a violência com que este se abate sobre as famílias, e o seu efeito desmoralizador, são indissociáveis dos níveis de endividamento por estas contraído durante os “anos doirados”.

## **5. Os fundos comunitários e a Presidência da República**

A gestão dos fundos comunitários não é competência do próximo Presidente da República. Essa é uma tarefa exclusiva do governo. Mas o Presidente tem responsabilidades partilhadas no domínio da política externa, e o dever de promover os debates que precedem as grandes escolhas que se colocam ao país nos próximos anos. Não

podemos insistir nos erros destes 20 anos. Seria imperdoável. É por isso que, sem preocupações de extensão, chamo a atenção para três domínios onde os fundos comunitários devem ser intensivamente aplicados durante os próximos anos:

*a. A Formação ao longo da vida:* o leque de usos dos fundos estruturais é extraordinariamente vasto. Mas a sabedoria recomenda que exista coragem para os orientar para prioridades claras. O próximo Presidente deve promover nos dois primeiros anos do seu mandato o debate e a mobilização para as políticas de qualificação da força de trabalho e certificação dos seus saberes, bem como sobre as consequências que esta escolha estratégica deve ter nos sistemas educativos, de formação ao longo da vida e na vida das empresas. Portugal tem que dar, na próxima década, um salto de gigante nas qualificações das pessoas e no modo como concebe a relação entre educação, trabalho e formação. Disso depende a superação de uma economia atrasada, assente em baixos salários e no incumprimento fiscal; e o legado que deixaremos para as próximas gerações. Hoje, a vida activa divide-se entre emprego e desemprego, entre salário e subsídio de desemprego, num ciclo cada vez mais precário. Este debate visa organizar a sociedade segundo outro princípio: o de que nenhum trabalhador activo deve ser marginalizado, mesmo que momentaneamente possa não ter emprego. E que ao Estado e às empresas cumpre garantir um salário, esteja a pessoa a trabalhar ou em formação, porque um e outra já são hoje, e serão certamente no futuro, as duas faces do emprego no período de vida activa. Os fundos comunitários têm, até hoje, apoiado mais as empresas de formação do que os seus destinatários. É indispensável que passem a ser aplicados na criação das condições que viabilizem esta nova visão que reinventa o Contrato do pleno emprego.

*b. A escola comunitária, multilingue e inter-geracional:* o segundo vector desta nova visão sobre as relações entre trabalho, saberes e

dignidade da vida humana, respeita ao modo como antecipamos hoje a escola de amanhã, e redesenhamos a sua centralidade num mundo onde as fontes de educação e informação se multiplicam a velocidade vertiginosa. Os fundos estruturais têm, também aqui, um papel nuclear. E tê-lo-ão ainda mais, se na reforma das *Perspectivas Financeiras*, um dos novos papéis da União for o de potenciar a inovação e a modernização das estratégias educativas, em particular onde os índices de insucesso são mais críticos. A ideia de que o sistema educativo se destina apenas à primeira idade da vida, já está hoje posta em causa. Precisamos de uma rede escolar básica e secundária com projectos educativos para as diferentes gerações de cada comunidade, capaz de funcionar em horários alargados, multilingue e tecnologicamente equipada, e próxima das necessidades dos seus destinatários. O próximo Presidente deve dar uma extraordinária atenção aos exemplos que antecipam esta nova visão da escola, à formação dos professores, e aos envolvimento comunitários, em particular onde esta revolução é mais urgente e precisa de ser mais modelar – nas periferias das grandes cidades e no interior do país.

c. *O Capital semente*: se Portugal tem um seríssimo problema com os níveis de qualificação dos trabalhadores, isso agrava-se extraordinariamente quando passamos para o patronato. Na verdade, os trabalhadores portugueses são como quaisquer outros. O principal factor de atraso são os nossos empresários e capitalistas. Esta constatação acusa a fraqueza, arrogância e prepotência de uma classe genericamente avessa à inovação e aos modernos sistemas de organização, mais idosa do que devia, com níveis médios de instrução inferiores aos dos seus próprios trabalhadores, e secularmente habituada a explorar e a viver à custa da subsidio-dependência e/ou do dinheiro fácil. Estes empresários precisam de se confrontar com um verdadeiro choque civilizacional. É por isso que a exigência da reforma fiscal não responde apenas a uma aspiração de justiça – faz

parte do choque que obriga a mudar; do mesmo modo, a reivindicação de um salário mínimo de 500 euros em cinco anos, não respeita apenas à dignidade que a qualquer um(a) é devida – obriga à mudança nos comportamentos e hábitos dos empresários. Mas esta classe precisa de ser confrontada também com o seu próprio atraso e desprezo pelos direitos sociais, pelo exemplo dos que não imitam, mas inovam e dos que não repetem, mas inventam. Das escolas e universidades portuguesas saem todos os anos milhares e milhares de jovens, muitos com projectos que gostariam de pôr em prática, mas para os quais não têm recursos. Muitos e muitas dos quais gostariam de gerar o seu próprio emprego, encontram-se dependentes de capitais de risco que a banca só raramente concede. Mudar este padrão de dependência é indispensável. Assim como os fundos estruturais beneficiam, de inúmeras maneiras, tantas empresas, é indispensável que o Estado os passe a usar também como capital semente de incubação de novos projectos que contribuam para a renovação da estrutura empresarial.

## **6. Um parceiro menor**

A avaliação destes 20 anos respeita igualmente ao modo como estivemos e estamos na União. Essa atitude resume-se em duas palavras de Cavaco Silva que fizeram história: sermos o “bom aluno”. O que inicialmente se poderia explicar como tática de aproximação às instituições europeias, cedo se transformou numa estratégia, no nosso modo de estar na União. Hoje pagamos esta atitude interesseira e bem pouco europeísta.

Durante duas décadas, as autoridades portuguesas preocuparam-se apenas com o que conseguissem canalizar para Portugal. Não cuidaram nem do seu uso inteligente, nem do contexto macro-económico e político em que os fundos se iriam aplicar. Em troca deles, os sucessivos governos garantiram a Bruxelas o nosso assentimento a tudo o que por lá se decidisse.

O governo português aceitou de ânimo leve todas as principais políticas europeias da década de Maastricht. Nunca fez frente à lógica monetarista e liberalizadora que lhe presidiu. Aceitou, como se um destino se tratasse, todas as escolhas que configuram a Europa que hoje temos – e a crise em que mergulhou. O facto de todos os outros governos terem seguido mais ou menos a mesma cartilha, não isenta os responsáveis nacionais. Eles eram os primeiros a saber que a lógica neo-liberal não feria apenas as conquistas sociais do centro da Europa – fazia destas uma miragem nos países mais fracos e periféricos; como sabiam que a liberalização acelerada dos mercados, tendo em conta a fragilidade da nossa economia, em breve transformaria a convergência dos primeiros anos numa divergência estrutural.

## **7. O alargamento e o euro**

Ao longo da década de 90, dois processos de decisão foram particularmente difíceis: o alargamento da União a novos países; e a criação do euro, nas condições ditadas pelo marco. Em ambos os casos, o governo português revelou a atitude timorata do “bom aluno”.

Foi favorável ao caminho dos alargamentos – como não podia deixar de ser – mas sem discutir seriamente o que nas políticas europeias deveria mudar para garantir a coesão de uma Europa alargada. Do mesmo modo, o governo foi favorável ao euro, mas sem cuidar de discutir os constrangimentos que a nova moeda arrastava – um Pacto de Estabilidade incompetente que se impunha por igual a todas as economias que aderissem à nova moeda. Não era simples nem fácil à economia portuguesa ficar de fora do euro – opção que só puderam tomar poucas economias mais fortes. Com efeito, a liberdade cambial de Portugal face às economias que “estavam dentro” da união monetária seria sempre extraordinariamente reduzida. E o recurso a políticas de desvalorização do escudo, que só momentaneamente ajudariam as nossas exportações, acabariam por se transformar

num factor suplementar de ilusão sobre as fraquezas da economia. Dito isto, exigia-se ao governo a coragem política de contestar as absurdas condições que determinaram o nascimento do euro, e a sua continuada sobrevalorização face ao dólar. O sucesso do euro nunca esteve dependente da estratégia do “défice zero”, que apenas tem servido para diminuir a dimensão social do Estado e o papel do sector público na criação de emprego. Pelo contrário, essa política tornou-se dos principais factores de agravamento da crise social gravíssima que vivemos agora na Europa.

O Pacto de Estabilidade e Crescimento transformou-se num garrote para a economia europeia. Mas no caso português, ele foi particularmente gravoso porque as suas imposições coincidiram com o esgotamento do nosso modelo extensivo de crescimento – que, aliás, os fundos comunitários alimentaram na década de 90. O resultado desta convergência de factores expressa-se em cinco anos de divergência real face às médias europeias e numa crise económica e social sem precedentes desde o início da década de oitenta.

## **8. A Europa em crise**

Mudar de atitude é tanto mais necessário, quanto a própria União Europeia atravessa uma profunda crise, e sem a sua superação dificilmente encontraremos o contexto externo favorável à resolução dos nossos próprios atrasos. Essa crise é económica, social, identitária e, como não podia deixar de ser, política. O não francês e holandês ao projecto de Tratado Constitucional revelou bem o divórcio cavado entre os “de baixo” e os “de cima”. A resistência social à “directiva Bolkestein”, que visa criar o mercado único nos serviços de acordo com as regras laborais mais permissivas, mostra como esse divórcio só pode crescer enquanto predominar a lógica neo-liberal. Por outro lado, quer os acontecimentos de Ceuta e Melilla, quer os de Paris, evidenciam a distância entre as proclamações sobre Valores e Direitos e a Europa

que os desprezita, mal o alvo das políticas são os imigrantes ou seus descendentes. Finalmente, o rosário das Perspectivas Financeiras comprovou o que já se sabia: que na Europa dos governos, manda o directório dos países mais ricos, e que a mesquinhez comanda hoje todas as principais decisões em Bruxelas.

A crise da União é complexa, difícil e durável porque é de projecto, de motor e de liderança. Vão longe os tempos em que a construção do Mercado Único era compatível, mesmo que a distintas velocidades, com o progresso social e o Estado-Providência. O motor da CEE, que eram as burguesias apostadas na construção do Mercado Único, fragmentou-se: uma parte funciona hoje em escala planetária; e outra “renacionalizou-se”. A ausência de um protagonista social expressa-se numa crise evidente de liderança, e ganham terreno os que defendem, por diferentes e até opostas razões, uma Europa minimalista, reduzida à sua dimensão mercantil e cada vez mais inter-governamental. Eis onde o neo-liberalismo, mais ou menos temperado, nos conduziu.

### **9. Para um renascimento do projecto europeu**

A Europa que interessa ao país não é contraditória com a que interessa aos restantes povos e nações. O conflito de interesses não é entre os cidadãos da União, mas entre estes e as políticas que os seus governos impõem em Bruxelas. Portugal precisa de um Presidente com ambição europeísta, apostado no renascimento do projecto europeu na base da democracia e da cidadania europeia. Esse o meu compromisso, e também o que me separa das outras candidaturas. Ao país interessa uma Europa comprometida com os direitos humanos, o emprego, a democracia e a paz no mundo, e não apenas com os fundos que cá cheguem – eis o que distingue esta candidatura, quer dos discursos de recorte soberanista, quer dos europeísmos ociosos e rendidos à própria crise.

Superar a crise em que a União mergulhou implica a coragem de

ir ao encontro dos capitais de queixa dos cidadãos, com sinais fortes que rompem a desconfiança instalada. Aponto, a terminar, quatro medidas que vão nesse sentido. Elas não resolvem, de per si, a crise. Mas enviariam uma mensagem inequívoca de vontade a quantos e quantas um dia, ou ainda hoje, acreditam ser possível a coerência entre as palavras e os actos:

a. *O montante das Perspectivas Financeiras para 2007/2013*: o acordo do último Conselho Europeu desenha uma Europa sem ambição nem vontade para garantir a convergência das economias mais fracas com as mais fortes. Sou dos que pensam que não há melhor Europa com menos Europa, do mesmo modo que não há melhor Estado com menos Estado. Inverter este ciclo de impotência, é urgente e indispensável. Por isso proponho que Portugal defenda em Bruxelas a realização de uma Conferência ou Convenção Europeia destinada a reformar a estrutura da despesa e os recursos financeiros da União. Defendo essa Convenção - com representantes das instituições comunitárias, dos governos, dos parlamentos nacionais, das regiões, das forças sociais e da população - porque a reforma do quadro orçamental plurianual da União é demasiadamente importante para ser deixado ao exclusivo das negociações inter-governamentais. O resultado deste método é a redução dos orçamentos a 1% do produto europeu. E sustento que esta Convenção se deve realizar até 2008, a tempo das decisões aí tomadas poderem ter ainda incidência nos 3 anos finais do presente enquadramento orçamental. A Europa precisa de coordenação económica e de um quadro orçamental que a viabilize. Os governos devem estar abertos ao aumento das suas contribuições, a uma reforma da fiscalidade, que lhe dê dimensão europeia, e à possibilidade de emissão de títulos de dívida pelo Banco Central Europeu. Como devem ter a coragem de rever em profundidade a Política Agrícola Comum e avançarem em direcção a novas políticas comuns que criem emprego, qualificações e serviços públicos de

escala europeia. É de mais e melhor Europa que todos precisamos.

b. *Abertura de processo constituinte para um novo Tratado*: o actual projecto de Tratado não pode entrar em vigor – dois países rejeitaram-no – nem pode ser retocado – o que reabriria o processo de ratificações e agravaria, justamente, a indignação popular. Deve, portanto, ser enterrado. Mas a União não deixa, por isso, de precisar de um novo Tratado, que seja conciso e claro nos objectivos e direitos consagrados pela União, bem como sobre as competências e arquitectura de poderes entre a União, suas instituições e os Estados. Sou, portanto, favorável a um novo Tratado Constitucional. Recuso o mercado sem subordinação à política e à democracia e creio por isso que a única via para estabelecer um texto aceitável é sublinhar os direitos sociais que constituem a Europa.

Esse novo texto deve ser democraticamente redigido e sujeito a referendo em cada país. Ao próximo Parlamento Europeu deve competir a primeira versão do Tratado, o que permitiria fazer do momento eleitoral, um verdadeiro debate popular e europeu sobre o futuro da União. A versão dos representantes deve ser discutida pelos parlamentos nacionais e pelo Conselho, com poderes de segunda leitura, antes da sua submissão à consulta popular.

c. *Rendimento Mínimo Europeu*: a Europa deve enviar aos mais pobres um sinal inequívoco do seu compromisso com o progresso social. Com 70 milhões de pessoas a viverem abaixo do limiar de pobreza, a criação de um Rendimento Mínimo Europeu, de valor diferenciado para cada país, na base das diferentes paridades de poder de compra existentes, responde a um desafio que a Europa deve assegurar em todo o seu território: que ninguém viva abaixo dos mínimos de sobrevivência, independentemente da sua situação ante o trabalho ou a sua condição legal.

d. *Autorização para a procura de Trabalho*: a política de imigração que a Europa e os Estados têm seguido, fechando as portas à imigração

legal, ou seleccionando-a de acordo com a cor da pele e nível de formação, é inaceitável à luz dos mais elementares Direitos Humanos. A principal consequência deste cinismo é a imigração clandestina e o absurdo em que milhões de homens e mulheres estão hoje colocados: não podem trabalhar porque são ilegais e não se podem legalizar porque não têm contrato, mesmo que trabalhem. A Europa admite no seu interior a mais antiga e intolerável das fronteiras: a que separa os cidadãos dos não-cidadãos. O sinal do compromisso europeu com a modernidade passa exactamente por aqui – quem chegou à Europa, deve ter autorização legal para procurar trabalho e uma rede de centros de acolhimento temporário onde se possam abrigar, aprender a língua e beneficiar de cuidados de saúde. Nas próximas duas décadas, a Europa precisará de 30 a 50 milhões de novos imigrantes. De um modo ou de outro, eles virão. Mas só o modo da dignidade nos honrará.

É respondendo a estes desafios que se levantará a ideia de uma Europa social, aberta, democraticamente comprometida e politicamente mobilizada.

# ARRANJEI UMA NAMORADA

Outubro 2000

Ele tinha 38 anos de idade e 18 de heroína. Falhara diversos tratamentos, mas naquele dia foi ter com o médico da sua rua. Queria tentar mais uma vez. Talvez porque fosse vizinho, aquele fez dele «o seu caso». O nosso amigo passou a visitar a casa do médico todas as noites. Ao fim de ano e meio tinha emprego. E um dia, como se fosse um adolescente, comunicou:

-doutor, arranjei uma namorada.

Teria na altura 40 anos, dois de abstinência e muitos de auto-estima pela frente. Mas o fim da história, contada pelo próprio médico, não é feliz. Mas os pais souberam que a filha namorava um ex-heroinómano, conseguiram destruir a relação. A recaída foi inevitável. Ainda hoje o médico não se perdoa de não ter dito ao paciente que emigrasse para a Suíça, onde tinha primos e poderia recomeçar uma vida nova, longe dos estigmas que marcam a nossa sociedade.

Exacto, estigmas. Os mesmos que nos impedem de apertar a mão a alguém com SIDA. Ou os que nos impedem de admitir que uma filha nossa case com um cigano. É mesmo assim, não vale a pena doirar a pílula.

A história vale porque há milhares de outras no mesmo registo. Ela permite situar o que está em causa quando, na próxima quarta-feira, o Parlamento discutir o problema da despenalização do consumo de drogas.

O meu ponto de partida é simples: num país onde grande parte das pessoas continua a reverenciar as autoridades, a consagrar as ordens

como indiscutíveis, a preferir o pedido submetido ao senhor presidente ou o pequeno jeito para resolver problemas, é indispensável um sinal do Estado. Um sinal para a sociedade, dizendo-lhe que um toxicodependente é uma pessoa que precisa de ajuda e não de prisão, que é uma pessoa como qualquer outra, só que atravessando extraordinárias dificuldades. Por outras palavras, a importância da despenalização do consumo é, em primeiro lugar, de ordem simbólica.

Quanto ao mais, os seus efeitos são limitados. Certo, ainda há consumidores condenados a pena de prisão. Não muitos, mas há. E há consumidores e consumidores-trafficantes condenados como trafficantes. Nessa lotaria, tudo depende da cidade, do dinheiro e do juiz.

Mas a despenalização não resolve a sobrelotação das cadeias -apenas alivia situações que, em muitos casos, ultrapassaram níveis de ruptura. Se a política de combate à toxicodependência tivesse a despenalização como o seu alfa e ómega, a grande maioria dos heroinómanos continuaria a ir parar atrás das grades por esticção ou assalto. E, como é óbvio, estes actos não devem ser despenalizados.

Não sendo a chave de uma nova abordagem à toxicodependência, ela é contudo indispensável para acabar com a penalização, essa sim, o núcleo duro das políticas actuais. Por detrás da penalização do consumo encontra-se a ideia de que é possível acabar com as drogas pela via repressiva. A realidade desmente essa convicção de políticos que nada sabem desta vida. E no submundo do narcotráfico agradece-se a ingenuidade.

Diz-se também que, por via do medo, se evita melhor a entrada dos Jovens na toxicodependência. Nada autoriza tal opinião. Infelizmente, a propensão ao consumo de drogas, lícitas ou ilícitas, é crescente nas sociedades modernas. O que não é neutra é a atitude do Estado e vale a pena ilustrar: quem tenha crianças sabe que a educação se

faz com duas mãos -com uma proíbe-se, de modo a criarem-se disciplinas de comportamento; com a outra, desenvolve-se a autonomia de decisão, o amadurecimento da personalidade, da auto-estima e da responsabilidade. Quantos pais não dizem aos seus filhos, sobre inúmeras escolhas, «se fizeres isso, discordo por isto e aquilo, mas tu é que sabes»?

Como encaramos o futuro? Preferimos um Estado que sobre as dependências nos trate como crianças de tenra idade ou, pelo contrário, queremos privilegiar a informação, a diminuição de riscos e as estratégias de tratamento e reinserção? Sinceramente, prefiro a segunda via. É a única que garante, a prazo, um país de pessoas crescidas.

E porque não dosear as coisas? Porque não há como. Oficialmente é essa a política e os resultados estão à vista. Enquanto existir, a penalização adquire centralidade. Se igualiza todas as drogas ilícitas não distingue níveis de perigosidade e induz em erro. Se distingue, é pior a emenda que o soneto: a penalização do consumo das leves é moralmente insustentável num país que faz do vinho um sinal de identidade. Mas onde a sua nocividade verdadeiramente se revela é nos casos de heroína e coca. Com a criminalização, as drogas duras deixam de ser um estrito problema de saúde pública para se transformarem num colossal drama de marginalização social e relação quotidiana com o narcotráfico.

A espiral é conhecida: o desespero e o medo exigem sempre mais e mais fundos públicos para um sistema repressivo que começa nas polícias, passa pelos tribunais e acaba na cadeia - o lugar onde qualquer licenciado em heroína procede ao seu doutoramento. Como se gasta muito e mal nesta escolha, gasta-se pouco e também mal onde seria bem mais útil: em prevenção não diabolizadora, no aumento da oferta pública de tratamento e reinserção e nas condições sociais e educativas que ajudam a prevenir o que hoje parece inevitável.

A penalização não tem evitado a progressão do consumo e estigmatiza os consumidores e as famílias. Se é difícil a um ex-presidiário encontrar emprego, imaginem um ex-presidiário ex-heroinómano. E imaginem-no, ainda por cima, filho de pobres ...

Como pedir a um heroinómano que confie num Estado que o condena a prisão ou multa, em nome da nossa falsa tranquilidade? Até quando o condenaremos à escolha entre a cadeia e o céu aberto de uma periferia urbana, onde o seu unico amigo é o dealer da substância que o oprime?

Sabem o que é a penalização? É uma cura que faz parte da doença.

E não vai disparar o consumo? Se fosse só «penalizar ou despenalizar», diria que sim. Mas do que se trata é de um conjunto de novas abordagens nas diferentes vertentes do problema. Por exemplo, a legalização condicionada do comércio de marijuana e haxixe, que sustento, deve provocar, nos primeiros anos, um acréscimo do consumo neste tipo de drogas. É um contra da solução. Mas ele deve ser cotejado com os prós: evita o contacto do consumidor de leves com o mundo do narcotráfico; reduz o mercado paralelo à porta das escolas; e transfere para a marijuana parte dos consumidores de haxixe. A experiência holandesa mostra como a combinação entre a legalização das leves e políticas audaciosas de diminuição de riscos elevaram a idade média do heroinómano para 36 anos de idade. Vale a pena tentar? Decididamente, sim.

Como vale a pena ensaiar programas estatais de distribuição de heroína sob prescrição médica a heroinómanos crónicos. Há riscos? Há. Mas serão maiores do que os da actual impunidade de um crime que vive da tragédia alheia? Por mim, prefiro ruas mais seguras em cidades mais humanas a cidades desumanas embora com ruas policiadas.

A política que interessa à vida é sempre uma escolha. Prefiro o risco da mudança à segurança da insegurança. No fundo porque espero que a heroína nunca bata à porta dos meus filhos. Espero que eles saibam escolher. Mas se outro for o destino, e se apesar dele algum se conseguisse libertar, gostaria que não recaísse porque no meu país é proibido namorar.

# INSEGURANÇA E CIDADANIA

Março 2001

o rapaz chegou de capa e batina e sentou-se quando os outros se sentaram. Mais tarde falou, quando lhe deram a palavra. Disse que à sua associação, a do Instituto Superior Técnico, se ficava a dever o levantamento da insegurança como um tema nacional.

Acrescentou ainda que propusera a todas as associações do país uma «grande campanha» sobre o assunto. E pouco mais adiantou. Queria «segurança» e ponto final.

Também eu, no caso em representação do Bloco de Esquerda, havia sido convidado para a mesma reunião de trabalho, uma iniciativa útil da associação dos comerciantes de Lisboa. Enquanto o jovem falava, pensava com os meus botões como ele estava a aprender rapidamente os piores tiques dos políticos. Como se auto-erigia em justiceiro, depois de guindado a 48 horas de sucesso mediático. Como «rapinava» o tema ao PP, que há anos malha no mesmo, ou a António Guterres, que ainda antes do PP, o usara no mesmíssimo registo contra a «inépcia» cavaquista. Isto pensava mas não disse. Em troca, quando usei da palavra, sugeri à capa e batina um contrato: «excelente que os estudantes se dediquem a temas que extravasam a vida escolar e se interessem pela insegurança. Vamos então aos finalmentes. A principal causa de morte violenta em Portugal é a que decorre da circulação rodoviária. Ela fez 25 mil vítimas em dez anos, fora feridos e incapacitados. Sabe-se também que esta catástrofe tem no excessivo consumo de álcool uma das suas principais causas e que a vida universitária é um dos mais poderosos nichos de mercado das cervejeiras. Sabe-se ainda que as associações de estudantes, para organizarem as suas festas, praxes, semanas académicas e queimas, contratualizam milhões com as ditas cujas. Não ganha-

riam os estudantes autoridade acrescida se começassem a campanha pela segurança na sua própria casa? Teriam as associações coragem política para, em nome da vida, reduzir os seus próprios negócios e afectar parte dos lucros festivos a trabalho sério de prevenção primária? Se tiverem, disse, estarei na campanha. Senão, ela confundir-se-à com as que a direita promove e perderá eficácia.» A isto, o jovem disse nada e eu pensei «é dos que irá longe pela certa». Mas creio que os comerciantes presentes entenderam.

As esquerdas sentem-se pouco à vontade com as questões de segurança. Vivemos quase cinco décadas em ditadura e muitos aprenderam a desconfiar da polícia. O clima melhorou, mas o sentimento reacende-se sempre que existe um abuso de autoridade ou esta, em face de um doutor ou de um iletrado, de um rico ou de um pobre, se comporta diferentemente. O «reflexo da ordem» ainda hoje não é cego. É assim com a polícia, como é assim com os tribunais e com as prisões. E se alguém duvida, aqui vai uma pergunta de algibeira: se Vale e Azevedo não fosse advogado, se não tivesse presidido ao Benfica mas ao Futebol Benfica, estaria em preventiva domiciliária ou atrás das grades aguardando julgamento?

A segunda dificuldade que a esquerda tem com estes assuntos é que as sociedades mais «seguras» são as ditatoriais. No Portugal de Salazar haveria «mais segurança» do que se fosse democrático. Ou no Chile de Pinochet, ou na Albânia de Hoxa, ou em Singapura. Não vale a pena doirar a pílula -onde os cidadãos não tenham direitos face às autoridades e onde estas possam determinar repressivamente as escolhas de cada um, é possível controlar a doença. Morre-se é da cura.

A terceira dificuldade da esquerda tem a ver com tempo e espaço: pode dizer-se, e é verdade, que a vida hoje é mais segura do que ontem -vive-se mais tempo e dá-se muito mais valor à vida. Mas por isto

mesmo, esta racionalidade cola mal sempre que confrontada com uma razão concreta de insegurança. Pode dizer-se, e é verdade, que a vida é um risco, que sempre assim foi e que de futuro assim será porque se multiplicam os factores de insegurança (há 50 anos, por exemplo, quase não havia automóveis e 120 à hora era uma loucura). Por isso, as respostas devem ganhar em complexidade, indo às causas mais do que aos sintomas. Mas de que vale esta conversa, tão certa, quando um familiar foi assaltado e não estava nenhum polícia por perto? Pode dizer-se, é é verdade, que as nossas cidades nem são das piores, que os números por homicídio só crescem na estrada, e que a televisão amplifica a realidade e a trata quase sempre da pior maneira. Mas que adiantam estas afirmações de bom senso, quando o senso comum sobre a insegurança já é, em si mesmo, uma causa de insegurança?

Por outras palavras, sempre que se fala de insegurança, a esquerda joga à defesa e a direita ao ataque. Tanto basta para que nos obriguemos a uma nova síntese que assuma a complexidade, os direitos de cidadania e o ataque às causas. Mas que não dê a ideia de que a esquerda adia para amanhã o que a direita resolve hoje. A chave desta resposta assenta no pressuposto de que a insegurança moderna é, acima de tudo, um sentimento difuso.

Atravessa as classes, as idades, as estradas, a criminalidade urbana convencional, as questões raciais e de identidade, a casa e a televisão de cada um, e até o que se pode e não pode comer. Ir ao fundo deste sentimento e diminuir-lhe a ansiedade, é vital para que o medo se não institua em programa de exigência política. A decorrente desta hipótese pode ser formulada do seguinte modo: se houve um tempo em que a segurança diminui, os direitos de cidadania, é forçoso reconhecer que hoje são estes que se estão a auto-limitar por causa do sentimento de insegurança. Enfraquecer o sentimento e ampliar a cidadania são, por isto, uma e a mesma política.

# A LONGA ESPERA

Março 2005

Em Março, uma delegação do Parlamento Europeu deslocou-se à região de Tinduff, no sudoeste da Argélia, onde se encontram os acampamentos de refugiados saarauís. Um mês depois, Estrasburgo decidia a reposição dos níveis de ajuda humanitária da União, em recuo desde 2002. Mas falta o essencial: a aposta da Europa no referendo sobre a autodeterminação, que Marrocos recusa.

O que falta? Simplesmente, vontade...

NO FIM do século XIX, a Espanha proclamou o seu protectorado sobre as terras entre o Cabo Bojador e o Cabo Branco, em frente das ilhas Canárias. Aí vivia, em terras impróprias para a agricultura, um povo nómada, sem organização estatal, mas independente dos reinos vizinhos. O domínio espanhol sobre o Sahara ocidental apenas se concretizará na década de 30, poucos anos antes de se iniciarem os processos de descolonização...

Em 1966, a Assembleia Geral da ONU reclama da potência administrante um referendo sobre a autodeterminação, que Marrocos apoiou.

A partir da década de 70, a resistência organiza-se. A 10 de Maio de 1973, é fundada a Frente Polisário. “Não será pelas armas que arrancaremos a liberdade”, proclamou. Mas os anos seguintes forçá-la-ão a uma guerra desigual. Em 1974, o rei de Marrocos, Hassam II, passa a opor-se a qualquer referendo. E um ano mais tarde, em Novembro de 1975, lança uma “marcha verde” de 350 mil marroquinos sobre o Sahara ocidental, devidamente protegida pelo exército.

Três meses mais tarde, a 26 de fevereiro de 1976, a Espanha abandona o território, depois de ter assinado com Marrocos e a Mauritânia a transferência dos seus poderes administrativos. Caía por terra a

promessa de referendo. Espanha comportava-se no Sahara ocidental como Portugal em Timor: depois de um colonialismo de pacotilha, abandona os sarauís à sua sorte...

A República Árabe Sarauí Democrática (RASD) é criada no dia seguinte e seguiram-se 15 anos de guerra. O saldo foi pesadíssimo: 70 a 80 mil sarauís refugiaram-se na mais inóspita das regiões do Sahara, a hammada, inteiramente dependentes da ajuda humanitária internacional...

Em 1991, as duas partes assinam um cessar-fogo e o Conselho de Segurança da ONU aprova uma missão para o território. Em 1997, o antigo secretário de Estado norteamericano, James Baker, negocia um novo plano de paz, onde se prevê, antes do referendo, um período de autonomia, e a inclusão desta hipótese na pergunta a fazer sobre o futuro do Sahara ocidental. Os sarauís decidiram correr o risco deste compromisso e subscreveram o plano. Quem não o fez foi Marrocos. De 2003 para cá, o impasse voltou a ditar as suas leis.

A ONU pode, contudo, forçar a solução. Basta que coloque este conflito ao abrigo, não do artigo 6º da Carta das Nações Unidas – que prevê o acordo entre as partes – mas do artigo 7º – que permite impor a resolução independentemente do acordo entre as partes. Marrocos não negociará enquanto não for obrigada a isso. E é aqui que a Europa deveria entrar com uma posição única. Para isso, é indispensável uma mudança na posição espanhola, amarrada aos acordos de pesca e fosfatos que fez com Marrocos... nas águas e areias de que é, ainda hoje, a potência administrante!

# LAMPEDUSA NA PRISÃO DA FORTALEZA

Julho 2005

*Onze deputados da Esquerda Unitária deslocaram-se a Lampedusa, onde Itália tem o primeiro dos seus “centros de acolhimento” para imigrantes ilegais. Este é o relato da visita a um campo de concentração na Europa do século XXI.*

Rodeiam-nos em círculos cada vez mais estreitos. Há sempre alguém que fala francês, arranha o inglês ou se desenrasca em alemão. São quase todos jovens. Prematuros atirados para a vida adulta no fio da navalha.

Formam-se círculos. Onde chega um deputado, forma-se um pequeno ajuntamento. Num deles, a advogada que nos acompanha retira um papel e pede a alguém que nele escreva o nome e nacionalidade declaradas. Em seguida dá-lhe um número de telefone. O círculo estreita-se imediatamente. Mãos frenéticas descobrem naquele papel meio amarrotado o seu passaporte para a vida. Impossível conter a ansiedade. Algumas folhas rasgam-se, disputadas por mãos concorrentes. “Há para todos!”, alguém diz. Mas não adianta. O círculo da advogada continua a crescer. Visto de cima, deve parecer anárquico. Visto de onde estamos, é danado.

Fazemos o que podemos. Alguns dos deputados do GUE/NGL pegam em papéis e afastam-se do círculo onde a esperança se distribui em formato A4. Mas logo outros se formam. As canetas não chegam. São apenas as nossas. Os cigarros também se esgotam. Árabes, aquelas 197 almas estão habituadas a fumar como chaminés. Aqui têm direito a 5 cigarros por dia. O meu bloco de notas regista outras regalias: uma carta telefónica de 5 euros por cada dez dias; 1 litro de água

diária por cada dois; 1 litro de leite por cada seis; e um brioche pela manhã e macarrão ao almoço e ao jantar.

Os duches são de água do mar, que outra não existe ali. E a farmácia que trata das equimoses e problemas de pele, só tem “burro”, ou seja manteiga de cacau, para oferecer. Quanto a abcessos, pés inchados e maleitas várias, Allah que trate.

### **Novecentos onde cabem duzentos**

A maioria está ali, nas traseiras do aeroporto de Lampedusa, há mais de um mês. O campo tem quatro camaratas pré-fabricadas, cada uma com 40 a 50 camas com lençóis esfarrapados. São as únicas sombras do lugar. Sombras metálicas, que suportam temperaturas de 40 graus...

O lugar tem nome: “centro de acolhimento”. É uma piada de mau gosto, claro. Não há, sequer, refeitório. Para comerem, os “hóspedes” sentam-se no chão, junto às grades do portão, com toalhas protegendo as cabeças da impiedade do Sol. Líderes informais garantem a disciplina possível naquelas circunstâncias. Uma semana no centro equivale a um certificado de antiguidade.

Não há que fazer nem para onde ir. Exíguo, o campo é inteiramente murado e rematado a arame farpado. Numa das extremidades, um pedaço de chão tem lajes de pedra lisa. É o lugar de oração, explica um dos responsáveis. “Decerto por tolerância e respeito, meu filho da puta”, estive para comentar. Mas não disse. Não saiu. O humor negro não cola ao lugar. “Aquilo” é a pior e a mais precária das prisões que vi. Precisão: é um campo temporário de concentração.

Os deputados visitaram-no num “dia bom”. Cinco dias antes, o campo tinha mais de 900 pessoas. Cinco vezes a lotação máxima admitida. Fosse por causa da visita, fosse porque esta é a regra em Lampedusa, os excedentes foram sucessivamente transferidos para outros campos em Itália. Ou recambiados para a Líbia. “Quantos foram para a Líbia, senhor director?”, pergunta um de nós às autoridades que nos

receberam. “Não sabemos. Não sabemos para onde vão os transferidos. Terão de perguntar ao Ministro do Interior”. É mentira. Entre as centenas de transferidos, tínhamos informação de boa fonte que pelo menos 45 foram recolocados na Líbia. Aí, são colocados noutros campos, enquanto aguardam repatriamento para o Sudão ou para o Tchade. Uma nova odisseia. 800 quilómetros de Via Ápia, pela estrada dos sudaneses, atravessando o Sahara em condições de transporte que não é difícil imaginar. Impróprias até para gado.

### **“Nós também somos africanos”**

Ao silêncio dos responsáveis, responde o protesto dos maghrebins do campo. “Porque é que os negros são melhor tratados do que nós?”, pergunta o primeiro com quem falámos. “Porque é que eles não ficam aqui mais de dois ou três dias e nós estamos cá há mais de um mês?”, acusa outro. “Nós também somos africanos. Mas só os negros têm o direito de ficar na Sicília, na Europa, com cigarros e trabalho”, acrescenta um terceiro. É tramado. Aquela gente pensa que os sudaneses e tchadianos são privilegiados e que os italianos praticam o racismo contra os árabes.

Como falar verdade sem decepar as esperanças ou alimentar falsas ilusões? Um garante ter diploma de Matemáticas. Outro diz que era mecânico no seu país e que quer “ajudar a Europa”. A partir de certo momento, as conversas misturam-se e sobrepõem-se. Cada um tem a sua história, e pouco interessa o grão de verdade que contenha. São fragmentos e farrapos de uma só história. A história de quem parte, sabendo que arrisca a sua vida no mar; que se salvar, o mais provável é acabar onde agora se encontra, em Lampedusa. Porque tentam, apesar de saberem? Porque há sempre alguém que alcança. Porque, tomada a decisão, não se olha mais para trás. Porque fintar o destino, ousar, é mais do que sobreviver.

Mesmo ali, sentindo na pele como a Europa os trata, continuam a

acreditar. Um cresceu na Alemanha. Fala alemão fluente. O seu pai, líder religioso da comunidade imigrante, reenviou-o para Marrocos. “Regressas para estudar e depois voltas”, disse-lhe. Ele tentou. Tentou de barco, depois de terem falhado as soluções legais. Tenta-se sempre. Outro confessa ter sido o único sobrevivente de um barco com 27 tripulantes. O resto foi engolido pelo Mediterrâneo. Ele salvou-se “porque Allah é Grande e Misericordioso e assim o quis”. Protegido por deus, só pode acreditar. A Europa é sua Atlântida, o lugar que na Terra mais se assemelha ao paraíso. Mesmo ali, em Lampedusa, é assim que pensa. Como não, se Allah o salvou e trouxe até à primeira ilha da Europa, à antecâmara da Promessa?

Como dizer-lhes que os chefes desse lugar de sonho não os querem? Não os querem a eles, aos maghrebinos, nem aos sudaneses e aos tchadianos? Que estes, longe do privilégio, nem a 30 dias de “acolhimento europeu” têm direito? Que partem dali antes deles, porque as autoridades do campo não podem arriscar um estado de permanente sobrelotação do campo, sem esperarem que uma tragédia revele ao mundo a ignomínia da sua própria desumanidade? Como dizer-lhes que os maghrebinos são, entre os que chegam, seleccionados para aguardarem em Lampedusa com antecipada guia de marcha para os seus países de origem? Que são eles, e não outros, que aí aguardam porque a ilha fica abaixo do paralelo 36, à vista de Monastir, na Tunísia? Mesmo à mão para repatriamentos ao abrigo dos “acordos operacionais” que a Europa fez com as chancelarias dos países do Maghreb?

### **O círculo infernal da mentira**

Isso eles pressentem. Uma semana antes, representantes da Marrocos estiveram no campo. Pressionando para que os marroquinos reconhecessem a sua nacionalidade. Debalde. Todos os que ali estão, de pele branca, são palestinianos ou iraquianos. Os seus nomes são igualmente singulares: Moahmed Salim, Abdu Ramallah, Youssif Ra-

madan e por aí adiante...

Todos mentem. O preço da ousadia é a mentira. Antes de embarcarem, livram-se de qualquer documento que tenham. E os traficantes esvaziam os seus bolsos das últimas notas. Todos sabem que a identidade e a nacionalidade são a última coisa que podem revelar se forem apanhados.

No campo são submetidos a identificação primária. Com recurso a intérpretes de árabe, a polícia procede à primeira despistagem. Não é difícil perceber quem mente porque todos mentem. As origens detectam-se nos sotaques. Mas a polícia age a preceito. Um quantas perguntas geográfico-culturais sobre os lugares da nacionalidade declarada, chegam para detectar contradições e confirmar o que já se sabe. Mas como não há modo de verificar a verdadeira identidade, o entrevistado acaba por assinar a sua detenção provisória em italiano, devidamente comprovada por um Juiz de Paz e rubricada com nome falso. A validade legal de tudo isto é obviamente nula, mas que importa? A Europa prova assim que respeita os direitos humanos e a Itália que é um Estado de Direito...

Em Lampedusa, a Europa transforma a coragem em delinquência. 60 dias depois da chegada aqueles homens serão repatriados para a Tunísia, para a Argélia ou para Marrocos. As autoridades desses países, já fora da Europa, procedem à identificação definitiva. Perguntámos aos carcereiros se tinham conhecimento de algum “erro de entrega”. Olharam uns para os outros e alguém teve, finalmente, a gentileza da verdade: “em Maio creio que recebemos um caso de volta”...

# PARA CÁ E PARA LÁ DA CONCERTINA

Outubro 2005

O Mário Pereira saiu de Bissau em 2004. Com o 11º ano de escolaridade e a vontade de ser jornalista. É alto e elegante, e fala um português impecável. Decidiu partir após a morte de sua mãe. Ela era a única razão que o retinha na terra onde nascera. Tentou a imigração legal para Portugal e para Espanha, mas recebeu em troca o silêncio. Mas de um amigo em Madrid, recebeu o incentivo para a viagem. “Vem”. E ele foi. Ele e quatro amigos. Com trocos no bolso, uma mão cheia de vontade, e a certeza de que ao longo da viagem usariam os braços para trabalhar.

O périplo durou dois anos. Primeiro o Senegal, depois o Mali e a Líbia. Trabalharam sempre o suficiente para as custas da viagem seguinte. 150 euros aqui, 200 ali, 50 acolá. Não parece muito, mas é imenso para africanos. Um deles ficou pelo caminho. Morreu. Do meu bloco de notas apagou-se o nome e o lugar da ocorrência. Mas foi antes de Mário Pereira ter trabalhado como agricultor nas terras férteis dos arredores de Trípoli. Este foi o derradeiro compasso de espera, antes da travessia da Argélia. Em Maragaia, o grupo sentiu o cheiro do destino. Nesta cidade fronteiriça, existe “um governo” que, a 50 euros, garante passagem para Oujda, já em Marrocos. Daí a Melilla, é um pequeno passo.

Conheci o Mário Pereira numa das tendas do centro de acolhimento temporário de imigrantes, em Melilla. Chegou lá a 20 de Setembro e ainda não desesperou de Madrid. Tem, aliás, uma estranha fé: a de que o seu pedido será aceite pelas autoridades; que em Madrid vai trabalhar para pagar a conclusão dos estudos; e que, finalmente, se dedicará às notícias. Por ora, é ele a notícia. Dei-lhe o nome que tem. O nome que se merece numa história de homens e mulheres sem nome e sem papéis.

No campo, ele os amigos estão bem. Podem ir à cidade quando querem, desde que regressem até ao anoitecer. O centro tem arruamento, pátios, árvores, serviço médico, campo de basket, e até uma escola para crianças. Não é um hotel de cinco estrelas, mas é digno, decente. Porque a antiguidade é um posto, os mais antigos têm dormitórios, e os mais recentes, tendas de campanha. O problema é de sobrelotação. Com capacidade para 400, abriga agora 1300. Apesar disso, o Mário encontra-se no melhor dos lugares da sua viagem inacabada.

Ele não sabe, mas um dia sairá dali para um centro de detenção na Península ibérica. Vai pensar que se aproxima de Madrid, que chegou mesmo à Europa. Mas nesse novo centro, já não poderá sair durante as horas de sol. O seu processo será deferido em 40 dias. Ele não é refugiado, nem fugitivo de guerra. Não pode obter direito de asilo. É imigrante económico de um país com o qual Espanha não tem acordos de repatriamento. Por isso também não será colocado num avião de retorno a casa. Vai receber apenas uma ordem de expulsão do centro. Na rua, passará anos sem papéis e proibido de trabalhar, a não ser para empresários sem escrúpulos. Ele não sabe que esse vai é o prémio que a “Europa dos valores” lhe reserva. Mas por ora, está bem.

Até teve sorte. Do grupo inicial de cinco, sobram apenas três. O quarto desapareceu na tentativa de salto da última fronteira, a de Melilla. É uma muralha dupla de arame farpado, de concertina. A primeira, de três metros, ainda se passa, com escadas de madeira atadas por lenços. Mas a segunda, de seis, é terrível. E no meio está um corredor, uma vala vigiada pela Guardia Civil, que as autoridades espanholas decidiram considerar como Marrocos, o que lhes permite expulsar quem aí seja apanhado. Imagino-o por isso no corredor que separa as duas barreiras, e devolvido à procedência. Os que passaram, não sabem. No salto da noite, não se olha para o lado, só para a frente. Mas se não foi assim, podia ter sido. Foi o que se passou com centenas de sem papéis nestes dias. Apanhados entre cercas de concertinas, ex-

pulsos, amontoados e depositados, sem comida ou água, em pleno deserto. Ou, depois de se conhecer o crime, reconcentrados em Bouarfa, onde autocarros os levam rumo ao Sul, para lugares de nenhures.

Dizer que a responsabilidade é de Rabat, é a verdade que oculta uma mentira. O que se passou naquela fronteira foi um outsourcing. A Europa paga a Estados que não respeitam os Direitos Humanos para fazerem o trabalho sujo que não fica bem às democracias. E lava daí as suas mãos. Simplesmente deplorável!

# A CIDADE DO MENINO

Dezembro 2005

Conto-vos de Belém. Estive lá no mês passado. Cheguei ao lugar pela única estrada por onde se entra, vindo de Jerusalém. Quinhentos metros antes, um check point israelita verifica salvo-condutos, definindo quem pode e não pode passar. Eu passei. Integrava uma delegação do Parlamento Europeu e usufruía, por isso, de prerrogativas negadas aos autóctones. Estranho? Por aquelas bandas é assim. Era assim, também, no tempo do menino.

Passado o check point, uma circular rodoviária assinala o fim da recta. Fazem-se circulares quando dela saem três ou quatro caminhos. Mas agora, do outro lado da dita, só se vê muro. Muro a perder de vista. Tapando a vista. Só uma pequena aberta regista que, do lado de lá, há uma estrada que continua. A estrada que entra na cidade murada. É por ela que sigo, fixando o aviso impresso a tinta vermelha no betão do muro: “welcome to the ghetto”. Mais tarde, vendo fotos aéreas da cidade, percebo melhor a saudação. Belém encontra-se integralmente rodeada de muro.

Vinte e um séculos depois do menino, os muros substituem as muralhas. Como os check points e seus soldados sucedem às antigas portas de entrada na Medina e seus guardas romanos. Mas a nova barreira cumpre uma função distinta da de outrora. Agora, ela não regula as horas em que se pode entrar e sair da cidade. Agora, ela garante que praticamente ninguém pode sair da cidade onde nasceu, e que apenas turistas e diplomatas têm acesso à cidade do milagre revelado. Eis Belém, ontem refém do mais perene dos Impérios, e hoje aprisionada pelo colonizador.

Aqui chegado, não resisto a um parêntesis. Ribeiro e Castro disse esta semana que o terrorismo era filho da esquerda. Ribeiro e Castro

preside a um partido que se reclama da “cristandade”, mas, ou pratica pouco, ou não conhece a História da tradição. Tal como o Estado de Israel reivindica o seu muro contra o terrorismo, também o Império romano exercia a sua violência em nome da “legítima defesa” contra o terror de judeus e cristãos que se opunham à ocupação.

O exercício do terror, selectivo ou de massas, é filho da História. Ele torna-se inevitável, sempre que a força do mais poderoso não deixa alternativas. Comunidades judaicas resistentes praticaram o terror contra os romanos. Chegaram, até, a exercê-lo sobre si mesmas, como martírio preferível à rendição, em mais de uma ocasião. Do mesmo modo, cristãos defensores das tábuas da lei recorreram ao assassinato público de autoridades religiosas do judaísmo que colaboravam com a Pax romana. Por muito que custe à santa ignorância de Ribeiro e Castro, o terrorismo tem raízes fundas na tradição judaico-cristã. Só se compreende o dislate, porque o Partido Popular está a minguar. É isso que leva Ribeiro e Castro ao extremismo proclamatório. Mas a evidência não é desculpa. A razão porque tantas vezes o exercício do terror se confundiu com o direito de resistência, é que ele é, acima de tudo, bastardo das ordens imperiais e coloniais que sempre se arrogaram o monopólio da violência. Ainda Ribeiro e Castro não tinha disparado, e era exactamente sobre isto que eu pensava no momento em que entrava em Belém, a aprisionada. Tinha tido igual sensação no Norte da Cisjordânia, em Qalqilya, outra cidade palestina rodeada de muro. Mas a carga simbólica não é a mesma. Afinal, Belém sempre é a cidade do menino.

Uso a minúscula porque estou convencido de que ele, já crescido, teria preferido assim. Suspeito que Jesus gostaria de ser reconhecido como menino e homem, e não como deus ou filho de deus. Foi por isso com ternura que, na gruta por debaixo do altar, ouvi o meu guia explicar o nascimento tal como nos evangelhos. Vejo-o apontando para o lugar onde, jura, estavam as palhinhas. E logo em seguida para

outro canto, onde o burro e a vaca inventadas sete ou oito séculos depois, aqueciam o ar frio, os reis magos e restante presépio. O meu guia conta uma história que enche de fantasia o mais empedernido dos corações. A sua narrativa fantástica nada deve aos factos. Mas há uma verdade que ali, de Belém, se transporta para qualquer tempo e qualquer lugar – é a verdade de um voto e de uma aspiração: que a paz e o amor – hoje diríamos solidariedade – sobrevivam às guerras, às opressões e às injustiças. Ontem como hoje, é difícil imaginar mensagem mais urgente.

# O AVALIADOR

Maio 2010

Não tarda, o FMI estará de novo a passear por aí.

A explicação fácil é a de que o país teria hoje condições mais difíceis do que ontem para responder pelas suas obrigações.

E porquê? Porque nas últimas 24 horas produzimos menos? Não consta. Ou porque foi ao contrário? Também não sabemos. As oscilações nas taxas de juro da dívida pública não têm relação com a conjuntura económica no mesmo espaço de tempo. Têm a ver, isso sim, com os humores do tão badalado ‘mercado’.

E o que é este ‘mercado’? O cidadão de Alcabideche não compra dívida pública. Quem compra obrigações dos Estados são instituições públicas e privadas de natureza financeira que, quando muito, as propõem aos seus clientes.

Mais de dois terços da dívida grega está nas mãos da banca alemã. A banca nacional, por exemplo, tem 6,8 mil milhões de euros colocados em Atenas. Como decidem os bancos? Avaliando o risco. Se é elevado (taxa de juro alta), a expectativa de retorno compensa o perigo de incumprimento pelo Estado. Se é baixo (caso alemão, por exemplo) o investimento rende fraco ganho, mas é dinheiro em caixa.

Pergunta seguinte: e quem mede esse risco, quem informa o ‘mercado’? Aqui entram as agências de rating. Elas começaram por ser empresas que vendiam informações a potenciais compradores e vendedores de títulos de dívida. Com o tempo, veio a centralização - há quatro no mundo, três norte-americanas e uma inglesa - e a sua irmã gémea, a corrupção. O termo não é meu, mas de Paul Krugman, Nobel da Economia. Com efeito, as firmas pagam a estas agências as notas que elas lhes dão. Este ‘mercado’ funciona na base do princípio do

emite-pagador. Como ninguém corta a mão a quem lhe dá de comer...

As duas maiores agências encontram-se actualmente sob investigação do Senado norte-americano. A “ameaça constante da perda de negócios” levou-as a “massajar” os indicadores em que se baseiam as notas. Como escreveu o Nobel acima referido, elas “distribuem bilhetes de identidade falsos”. Sabemos que assim é: 93 por cento dos títulos subprime classificados em 2006 como AAA são hoje ‘lixo tóxico’. Em matéria de credibilidade, estamos conversados - elas subestimam o risco de quem lhes paga tanto como sobrestimam o das dívidas públicas.

Porque não se põe fim a um oligopólio que nos trama, mas que foi incapaz de prever a bancarrota do Dubai e da Islândia? Porque não se criam, em substituição, agências públicas transnacionais, independentes dos interesses em jogo? A resposta é estúpida, mas não há outra: basicamente, por nenhuma razão. Mais estúpida do que ela só a constatação final: a Standard & Poor’s atribuiu A- a Portugal porque este se revela incapaz de crescer... enquanto receita um PEC ainda mais recessivo. O aluno não será grande espingarda, mas o avaliador, esse é impagável.

# O OUTRO ORÇAMENTO

Outubro 2010

Os 27 governos da União Europeia dão por estes dias os últimos retoques nas propostas de Orçamento que irão apresentar aos respectivos parlamentos. O remédio é igual por todo o lado porque alguém decidiu que a doença era a mesma na Alemanha, na Polónia ou em Portugal. Claro que a dose de medicamento varia, era o que mais faltava se não variasse. Por exemplo, não ousou sequer imaginar a dose de cavalo prevista para a Irlanda, ainda há pouco cognominada de “tigre celta”, exemplo para o Mundo, e que agora nos deixa, a nós portugueses tristes, sorrindo embora nem por isso. E daí talvez não. Como escreveu o meu amigo Luís Leiria, o défice de 32 por cento sobre o PIB não levou Barroso a Dublin nem fez soar os alarmes em Bruxelas. O presidente do Conselho Europeu, o senhor Rompuy, disse umas palavras de circunstância e o FMI, que me lembre, até preferiu o silêncio ao dislate. É estranho, reconheço. Por muito menos, apenas por uns pozinhos de défice a mais, desembarcariam todos na Portela, disciplinadamente seguidos por uma bateria de criaturas de preto com pastas na mão. Porque não o fizeram em Dublin? Só encontro para tal desinteresse a explicação do meu amigo: o aumento exponencial do défice dos ilhéus destina-se a cobrir a falência de um banco, um objectivo nobre. Crescesse ele para financiar os sistemas de educação e de saúde e logo outro galo cantaria...

Mas hoje não é de orçamento nacional que vos quero falar, mas do outro, o 28º, o de Bruxelas. É uma coisa na casa dos 130 mil milhões de euros. É, ao mesmo tempo, muito dinheiro e dinheiro quase nenhum porque representa apenas 1% do PIB europeu. Ao contrário do nosso orçamento, o europeu obedece a máximos de despesa definidos para períodos de 7 anos e, cereja no bolo, não pode apresentar défice.

É o tipo de orçamento que faz as delícias da senhora Merkel e dos Medinas e Duques da nossa praça. Ainda por cima tem um método de financiamento infalível porque sai dos cofres dos 27 Estados. Embora paguem, os governos adoram a fórmula. Afinal, quem paga manda.

Em contexto de austeridade os governos apresentaram uma proposta ultra-forreta. Até aqui, nenhuma novidade, todos os anos repetem o número. Inabitual é, contudo, a falta de memória. Com efeito, os 27 governos assinaram um acordo em que se obrigavam a rever o actual quadro financeiro (2007/2013) a meio do percurso. A crise apenas acrescentou razões para tal necessidade. Ela bem justificaria mais e melhor Europa, em particular para acorrer às situações mais difíceis. Sucede que os governos não querem nem ouvir falar disto. Eles não entendem o mal que estão a fazer à ideia europeia. Ou talvez entendam e até demais: que belo bode expiatório encontraram para as “políticas do inevitável”.

# MISTÉRIO

Dezembro 2010

A 1 de Dezembro de 2009 entrou em vigor o tratado de Lisboa. Um ano depois, já os governos alemão e francês o querem rever “cirurgicamente”. Bastaria este facto para lançar sobre o intratável texto uma sentença de morte. Mas pior é a razão invocada para a hipotética revisão: sonegar o direito de voto aos Estados que entrem em incumprimento nas metas definidas para o défice e para a dívida. Vale a pena descodificar: a senhora Merkel e o senhor Sarkozy querem mexer no Tratado para o tornarem ainda menos democrático do que ele já é. Com efeito, o princípio da igualdade entre Estados foi ferido quando o novo texto incluiu a figura da minoria qualificada de veto, que dá aos governos dos maiores países um poder de que os outros todos só por milagre podem dispor. Se agora vingar a proposta de que os Estados “mal comportados” devem ser penalizados no mais elementar dos seus direitos, a ideia de igualdade no interior da “casa comum” é definitivamente enterrada.

O Tratado precisaria de ser larga e radicalmente revisto. Não para capturar direitos de voto, mas porque o seu articulado económico não resistiu à prova da crise. Segundo a comissão europeia, a salvação do sistema financeiro pelas autoridades públicas representou, desde 2009, 13 por cento do PIB europeu. Por causa desta operação, os países mergulharam na recessão e os orçamentos de Estado foram convocados para enfrentarem as consequências económicas e sociais do buraco financeiro. Ao contrário do que o populismo vende por aí, as dívidas soberanas e os défices de Estado não cresceram por termos “Estado social a mais”, mas porque os bancos foram proibidos de falir - até o BPN. “Concorrência livre e não falseada”, portanto...

Com as dívidas públicas a explodirem, Bruxelas salvou os bancos

pela segunda vez. Podia ter agido de várias maneiras, mas escolheu as que os próprios bancos determinaram. Encontramo-nos assim ante uma extraordinária situação: foi-nos dito que os “mercados” se acalmariam com os programas de estabilidade e crescimento (PEC’s) e não acalmaram. Juraram-nos em seguida que a austeridade orçamental iria repor a almejada tranquilidade. Afinal, nada. E, finalmente, os governos aprovaram no final de Outubro um pacote de coordenação económica, com sanções quase automáticas para as “ovelhas negras”. Era, garantia-se, a peça que faltava para se restabelecer a autoridade da União... Umhas horas bastaram para ficarmos a saber que não serviu de nada.

A pergunta urgente é - porque falham todos e cada um dos remédios oficiais? Dito de outro modo: porque é que, ante o turbilhão em que o euro mergulhou, o casal que dirige a União continua obcecado pelo rapto de direitos de voto e pela automaticidade dos castigos? O que eles sabem e que ninguém entende, encontra-se seguramente sob segredo bancário.

# EUE

Setembro 2011

Estados Unidos da Europa: este antigo sonho de Victor Hugo resuscitado por personalidades tão díspares quanto Trotsky ou Churchill, voltou a renascer das cinzas há uma semana pela voz de Ursula von der Leyen, ministra do trabalho alemã e aspirante à sucessão de Angela Merkel. Que a proposta é transversal, prova-o o facto de Gerard Schroeder, antigo primeiro-ministro alemão social-democrata, ter vindo a público em sua defesa.

Entre a profecia de uma Europa sem fronteiras, capaz de realizar a liberdade, a igualdade e a fraternidade por cima das nações, e as recentes declarações de políticos alemães, as motivações são muito diferentes. Eu reconheço-me no sonho, mas duvido da bondade dos argumentos económicos invocados pelos segundos.

Contudo, a história gosta de escrever direito por linhas tortas. A ministra alemã e o antigo líder socialista, que não são propriamente visionários, têm razão no diagnóstico que apresentam. Diz Ursula que “a moeda única não é suficiente para fazer face à competição global”; acrescenta Schroeder que “a ausência de uma política comum económica, fiscal e mesmo social, explica as dificuldades que a zona euro hoje atravessa”. O antigo primeiro-ministro critica ainda Merkel por atribuir aos “governos despesistas” do Sul as responsabilidades pela crise, em vez de mexer na “arquitetura política do euro”.

Partilho o diagnóstico: as dificuldades da moeda devem-se às fragilidades institucionais que enquadraram a sua criação. Mas... federar à pressa resolve? Tenho as maiores dúvidas. Antes de federar, há pelo menos três problemas institucionais que lhe são prévios: a) a ideia de que a contrapartida orçamental do euro é a sua disciplina Estado a Estado – e não um orçamento europeu forte – falhou rotundamente; b) a tese de que um euro sobrevalorizado face ao dólar beneficia a Eu-

ropa, agravou a divergência entre países excedentários e deficitários no interior da própria União; e c) a hipótese de que o crescimento e a criação de emprego dependem da austeridade, está a suicidar a economia europeia, atirando-a para nova recessão com repercussões mundiais. Sem a prévia solução destes estrangulamentos – ou seja, sem mudar a política – o federalismo apenas centraliza as rédeas do desastre, ampliando-o.

Hoje, a hipótese federal é um salto no escuro com o abismo pela frente. A cadeia de asneiras em que a União mergulhou desde que tentou aprovar uma Constituição sem Constituinte eleita, dificulta a exploração de novas vias democráticas e racionais. À luz do divórcio entre povo e poder a hipótese federal surge como suspeita por defeito e feitio. É por isso que salvar o projecto europeu dos populistas anti-europeus não dispensa a crítica de uma aventura federal com mercados, mas sem cidadãos.

# TRATADO

Janeiro 2012

Os governos decidiram escrever um novo Tratado. O inglês ficou de fora. Cameron escreveu direito por linhas tortas. Ele queria garantir a intocabilidade da bolsa de Londres e por esse motivo decidiu não subscrever um Tratado que, de resto, nem toca no assunto. Sucedem que um Tratado a 26 vale menos do que um Tratado a 27 e não pode ser incompatível nem contraditório com a legislação europeia em vigor. Tanto bastaria para que houvesse juízo, mas este é um bem escasso por essa Europa fora.

Perguntas: é preciso um novo Tratado para “estimular a disciplina orçamental, reforçar a coordenação das políticas económicas e melhorar a governação da zona euro”, os objetivos anunciados para o novo texto? Vai ele dissipar as nuvens de crise que pairam pela Europa? E a “coisa” vai funcionar?

Primeira resposta: não, não é preciso nenhum novo Tratado para tais objetivos. Os governos e o Parlamento Europeu aprovaram um compacto de regulamentos sobre disciplina orçamental e coordenação económica e têm novos textos em preparação. Deputados de todas as bancadas expressaram as suas reservas sobre esta abordagem à margem das instituições da própria União Europeia. Na verdade, o Tratado só é expressamente necessário para incluir as metas de disciplina orçamental (limites ao défice e à dívida) nas Constituições nacionais ou em leis equivalentes, o que é no mínimo idiota porque as Constituições já reconhecem a superioridade da legislação europeia sobre as leis domésticas. Então porquê esta extravagância? Perguntem à senhora Merkel...

A segunda resposta também é negativa. O novo Tratado não resolve nenhum problema. Ele é mais um problema. A sua lógica, como a do Plano de Estabilidade e Crescimento que lhe serve de base, é recessi-

va. Para lá do limite de 3 por cento ao défice do Estado, ele inventa um novo conceito, o de “défice estrutural”, que é qualquer coisa como aquele défice corrigido dos efeitos que o ciclo económico tem sobre as contas públicas. Há pelo menos 27 fórmulas possíveis de calcular este imaginativo saldo, que o Tratado quer a 0,5 por cento do PIB. Ambos ficarão, portanto, em vigor, afogando os países mais débeis. A esquerda, os verdes e os socialistas já tinham votado contra o pacote da coordenação económica que se referia ao primeiro dos défices. Seria incompreensível que agora dessem luz verde a um Tratado que só trata da disciplina orçamental e se esquece de qualquer disciplina para o investimento.

Finalmente, o esquema não vai funcionar. Hoje, ele envolve o Presidente do Conselho, o presidente da Comissão e o vice-presidente desta para a economia, além das cimeiras a 27, mais o Ecofin e as reuniões do Eurogrupo. Se o novo Tratado for avante juntem no caldeirão mais um presidente, o das novas “cimeiras do euro”, e imaginem o que daí vai sair...

# TODOS CAEM

Novembro 2011

Não há governo que se agüente, ponto. Na semana passada, caiu o governo grego, ainda este mês o de Zapatero dará lugar a um novo governo de direita. Não se pense, contudo, que só caem os governos de partidos socialistas. Na Dinamarca foi a direita que perdeu e a Itália provavelmente já não terá Berlusconi quando este jornal lhe chegar às mãos. O resultado político linear da crise iniciada nos idos de 2008 é simples: todos caem.

Começemos pela crise: a traços grossos, ela foi financeira, o que levou os Estados a intervir. Recursos e garantias públicas foram mobilizadas para salvar os bancos da falência e para moderar os efeitos da recessão que durou todo o ano de 2009. Por causa dessa enorme drenagem de recursos públicos para o sector privado, os Estados viram aumentar os seus défices e níveis de endividamento ao longo de 2009 e 2010. A cegueira e a vontade de desforra dos ultra-liberais determinou que os Estados abandonassem ao longo de 2010 as almofadas anti-recessivas que, apesar de tudo, haviam aplicado no ano anterior. O relançamento das economias ficou assim hipotecado. Os países com economias exportadoras mais fortes safaram-se, mas os outros tramaram-se. É aqui que a crise financeira se metamorfoseia em crise das dívidas soberanas. Ao longo de todo o ano de 2010, os líderes políticos europeus recusaram-se a ver o que estava à frente do seu nariz – que a crise não era da Grécia, nem de Portugal, nem sequer da Irlanda, mas sim do euro, ou mais precisamente, da sua arquitectura, do modo como foi desenhado, sem um verdadeiro Orçamento europeu que o garantisse, sem Tesouro e sem um Banco Central Europeu capaz de agir emprestando aos Estados da zona euro e não apenas aos bancos. Ainda hoje, para lá de todas as evidências,

a liderança europeia continua a dizer que não há nenhum problema com a moeda, mas sim com a indisciplina dos “incumpridores”. E, conseqüentemente, os remédios que inventa só têm como propósito a punição de quem está em dificuldades.

Nenhum governo se aguentará na Europa. Uns atrás dos outros, todos marcaram encontro com o destino. Por um lado, esta é uma boa notícia. Já não há mais governos socialistas para cair. A partir de fim de Novembro, são os de direita que começarão a ruir como um castelo de cartas. Mas por outro lado, esta é uma fraca novidade. Porque não é de esperar dos novos governos uma atitude decidida contra os especuladores financeiros. Na verdade, a Europa respira quando se vê livre de Berlusconi. Em 2012 embriagar-se-á com a partida de Sarkozy e não são de excluir eleições na própria Alemanha. Mas à velocidade a que a crise avança, tudo isto corre o risco de ser pouco mais do que uma mão cheia de nada.

# ÍNDICE

MIGUEL, FAZEDOR DE SONHOS E CONSTRUTOR DE PONTES.....	05
REVOLUÇÃO: TESTEMUNHO   <i>in "E o Resto é Paisagem"</i> .....	07
A POLÍTICA OU A VIDA .....	10
A GUERRA, AS OPÇÕES EUROPEIAS E O PAÍS .....	18
11 DE SETEMBRO – VIRAGEM   <i>in "E o Resto é Paisagem"</i> .....	29
GUERRA E RENASCIMENTO DA POLÍTICA   <i>in "Revista Manifesto"</i> .....	32
DO ATLANTISMO AO EUROPEÍSMO DE ESQUERDA   <i>in "Do Atlantismo ao Europeísmo de Esquerda"</i> ...	50
VINTE ANOS DEPOIS DA ADEÇÃO:	
UMA NOVA EXIGÊNCIA PARA A EUROPA   <i>in "Revista Manifesto"</i> .....	73
ARRANJEI UMA NAMORADA   <i>in "Diário de Notícias"</i> .....	86
INSEGURANÇA E CIDADANIA   <i>in "Diário de Notícias"</i> .....	91
A LONGA ESPERA   <i>in esquerda.net</i> .....	94
LAMPEDUSA NA PRISÃO DA FORTALEZA   <i>in esquerda.net</i> .....	96
PARA CÁ E PARA LÁ DA CONCERTINA   <i>in "Diário de Notícias"</i> .....	101
A CIDADE DO MENINO   <i>in "Diário de Notícias"</i> .....	104
O AVALIADOR   <i>in esquerda.net</i> .....	107
O OUTRO ORÇAMENTO   <i>in esquerda.net</i> .....	109
MISTÉRIO   <i>in "Sol"</i> .....	111
EUE   <i>in "Sol"</i> .....	113
TRATADO   <i>in "Sol"</i> .....	115
TODOS CAEM   <i>in esquerda.net</i> .....	117





Este livro reúne ensaios e crónicas de Miguel Portas publicados desde a fundação do Bloco de Esquerda. Dos primeiros passos do partido na definição da sua política europeia até à viragem do 11 de Setembro, a invasão do Iraque e os movimentos que se levantaram por todo o mundo. Nesta coletânea, encontramos um balanço da adesão de Portugal à CEE, uma história do “casamento de interesse” com a Europa e a oposição sem meias-tintas à Comissão Barroso, num tempo já marcado pela crise financeira e pelo horror de um mar Mediterrâneo transformado em cemitério às portas da Europa-fortaleza.

Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica

Grupo Parlamentar PARLAMENTO EUROPEU



**GUE/NGL**  
[www.guengl.eu](http://www.guengl.eu)